



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIENTÍFICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E
MATEMÁTICAS

Sulenir Candida da Silva Nascimento

**A INTRODUÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR NO PARÁ: “ESCOLA DE
PHARMÁCIA DO PARÁ” E ENSINO CIENTÍFICO (1897-1914).**

Belém – PA

2017

SULENIR CANDIDA DA SILVA NASCIMENTO

A INTRODUÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR NO PARÁ: “ESCOLA DE PHARMÁCIA DO PARÁ” E ENSINO CIENTÍFICO (1897-1914).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, do Instituto de Educação Matemática e Científica, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências e Matemáticas.

Orientador: Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves.

Belém – PA

2017

A INTRODUÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR NO PARÁ: “ESCOLA DE PHARMÁCIA DO PARÁ” E ENSINO CIENTÍFICO (1897-1914).

Autora: Sulenir Candida da Silva Nascimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas do Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências e Matemáticas.

Orientador: Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves

Instituto de Educação Matemática e Científica/UFPA (Presidente)

Prof. Dr. Eduardo Paiva de Pontes Vieira

Instituto de Educação Matemática e Científica/UFPA (Membro Interno Titular)

Prof. Dr. Dércio Pena Duarte

Centro de Formação Interdisciplinar/UFOPA (Membro Externo Titular)

Jorge Ricardo Coutinho Machado

Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Científica/UFPA
(Coorientador)

Belém – PA

2017

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca do IEMCI, UFPA**

Nascimento, Sulenir Candida da Silva.

A introdução da Escola Superior do Pará: “Escola de Pharmácia do Pará” e ensino científico (1897-1914) / Sulenir Candida da Silva Nascimento, orientador Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves – 2017.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2017.

1. Ciência – estudo e ensino. 2. Educação. 3. Escola de Pharmácia – Pará. I. Alves, José Jerônimo de Alencar, orient. II. Título.

À minha mãe *Aurora Lemes da Silva*,
por seu amor, cuidado e apoio em
todos os meus sonhos e projetos. Ao
meu pai *Silvio Rogério da Silva (in
memorian)*, pois sei que de onde
estás, torce pelo meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não seria completa, sem o apoio, incentivo, ajuda e companheirismo dos amigos do Grupo de Filosofia e História da Ciência e Educação, especialmente, Jonatas Barros e Marcelino Lima, companheiros de sala e sempre solícitos ao debate e a troca de conhecimentos. Aos demais colegas, Jorge Machado, José Arimatéa, Luiz Conceição, Patrícia Corrêa, Rubi Rocio e Raimundo Nascimento, que nos momentos oportunos também contribuíram para o aprimoramento dessa pesquisa.

À Deus, dedico o meu agradecimento maior, porque têm sido tudo em minha vida.

Ao meu orientador, prof. Jerônimo Alves, que na sua sapiência muito sabiamente me conduziu nos caminhos da História da Ciência.

À minha família: mãe, irmãos, filhos e sobrinhos, meu carinho e agradecimento especial.

Aos professores Eduardo Paiva e Dércio Pena, por aceitarem o convite de avaliar esse trabalho.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para essa pesquisa. Professor Flávio Edler, por gentilmente encaminhar uma cópia em PDF do livro *Boticas e Farmácias*. A professora Denise Adrião, pelo carinho, incentivo e os inúmeros cafés que juntos compartilhamos em sua residência.

Por fim quero agradecer aquele que Deus maravilhosamente colocou em minha e que sempre confiante, me incentiva a trilhar caminhos mais longos, meu esposo e companheiro de todas as horas, Jônatas Barros e Barros.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar as contribuições da Escola de Pharmácia do Pará para o processo de introdução das ciências no ensino superior paraense. Escolhemos o ano de 1897, como marco inicial da pesquisa, devido à criação da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará, analisada no primeiro capítulo como condicionante para a criação da Escola de Pharmácia do Pará. Delimitamos como marco final o ano de 1914, porque abrange os dez primeiros anos de funcionamento da Escola de Pharmácia do Pará e coincide com alterações provocadas pela Lei Rivadávia Correa, que reformou e deu novas diretrizes a instrução superior no Brasil. Dedicamos o segundo capítulo a analisar o contexto social que influenciou a criação da escola de Pharmácia, mais especificamente os relacionados a questões de saúde, onde enfatizamos o diálogo entre elementos da cultura moderna, por vezes representadas nas políticas e instituições ligadas às ciências, como a Diretoria do Serviço Sanitário do Pará, com elementos da cultura tradicional, representadas nas ações de pajés, curandeiros e práticos. Por fim, no terceiro capítulo examinamos a presença das ciências na Escola de Pharmácia do Pará ao longo de sua primeira década de funcionamento, ou seja, de 1904 a 1914, não de modo isolado, mas como parte de um processo que se acentuou com o avanço da modernidade. Concluimos que esta instituição deu continuidade ao ensino das Ciências, configurando-se como pioneira da introdução do ensino científico no nível superior paraense. As ciências, que desde o início predominaram no currículo, foram sendo ampliadas ao longo dessa década, principalmente por meio do número de disciplinas.

Palavras-chave: Ciência, Educação, Sociedade Médico-Pharmacêutica, Escola de Pharmácia.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the contributions of the Escola de Farmácia do Pará to the process of introducing science in higher education in Pará. We chose the year 1897, as the initial mark of the research, due to the creation of the Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará, analyzed in the first chapter as a condition for the creation of the Escola de Farmácia do Pará. The first years of operation of the Escola de Farmácia do Pará and coincides with changes brought about by the Rivadavia Correa Law, which reformed and gave new guidelines to higher education in Brazil. We devoted the second chapter to analyzing the social context that influenced the creation of the Escola de Farmácia, more specifically those related to health issues, where we emphasize the dialogue between elements of modern culture, sometimes represented in policies and institutions linked to sciences, such as Diretoria do Serviço Sanitário do Pará, with elements of traditional culture, represented in the actions of shamans, healers and practitioners. Finally, in the third chapter we examined the presence of the sciences in the Escola de Farmácia do Pará throughout its first decade of operation, ie, from 1904 to 1914, not in isolation, but as part of a process that was accentuated by the Advance of modernity. We conclude that this institution continued the teaching of science, becoming the pioneer of the introduction of scientific education at the upper level of Para. The sciences, which from the beginning predominated in the curriculum, were expanded during this decade, mainly through the number of disciplines.

Keywords: Science, Education, Medical-Pharmaceutical Society, School of Pharmacology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULOS - REPRESENTAÇÃO E LEGITIMAÇÃO PROFISSIONAL E CIENTÍFICA	22
1.1 Sociedade Médico-Pharmacêutica.....	22
1.2 Revista Pará-Médico.....	29
1.2.1 Higiene	30
1.2.2 Saúde.....	31
CAPÍTULO 2 A BELE-ÉPOQUE AMAZÔNICA: ENTRE A MODERNIDADE E A TRADIÇÃO	35
2.1 Modernidade e Bele-Époque.....	35
2.2 Higiene e Saneamento.....	36
2.3 Tradição dos Práticos, Curandeiros e Pajés.....	41
2.4 Curas milagrosas e medicamentos eficazes.....	47
CAPÍTULO 3 A INTRODUÇÃO DO ENSINO CIENTÍFICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARAENSE: ESCOLA DE PHARMÁCIA DO PARÁ (1904-1914)	51
3.1 Escola de Pharmácia do Pará	54
3.2 Ciência no currículo da Escola de Pharmácia do Pará.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
FONTES	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXOS	75

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

Gráficos

Gráfico 1 Percentual de membros da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará.....	24
Gráfico 2 Frequência dos associados nas reuniões da Sociedade Médico-Pharmacêutica.....	25

Figuras

Figura 1 Hospital de Isolamento Domingos Freire.....	32
Figura 2 Hospital de Isolamento São Sebastião.....	33
Figura 3 Governador do Estado, José Paes de Carvalho.....	40
Figura 4 Pharmácia Cardoso, de propriedade de Francisco Xavier Cardoso.....	43
Figura 5 Depoimento de João Marques sobre os benefícios do Café Beirão.....	48
Figura 6 Depoimento de Ernesto Sobrinho sobre uso do Café Beirão.....	49
Figura 7 Palácio do Governo, local onde foi instalada a Escola de Pharmácia do Pará.....	55
Figura 8 Laboratório de Análises Químicas do Estado.....	60

Tabelas

Tabela 1 Currículo da Escola de Pharmácia do Pará em 1904.....	58
Tabela 2 Currículo da Escola de Pharmácia do Pará em 1911.....	61
Tabela 3 Currículo da Escola de Pharmácia do Pará em 1912.....	62

INTRODUÇÃO

A farmacologia moderna tem sua tecnologia curativa fundamentalmente baseada no uso das drogas sintéticas produzidas em laboratórios. Entretanto ela vem incorporando, cada vez mais, o uso de plantas medicinais e outros medicamentos utilizados nas formas tradicionais de cura. Essa incorporação tem se ampliado com o discurso de que essas terapias produzem melhorias nas condições de saúde das populações. Nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde (OMS), recomenda que as práticas tradicionais e os seus praticantes “sejam considerados na organização da atenção básica à saúde” (FERREIRA, 2013, p. 50). Conforme essas diretrizes, no Brasil, políticas de integração visam dar “acesso ao conhecimento das plantas medicinais brasileiras e seu emprego correto na recuperação e manutenção da saúde” (BRASIL – MS, 2006, p. 8).

No entanto, a relação das práticas da farmacologia tradicional no meio científico, não ocorre de forma pacífica, mas enredada em conflitos. Entre estes a exigência de que essas práticas passem pela validação científica, com o fim de serem integrados aos Sistemas de Saúde Nacionais. Desta forma, para se reconhecer e promover a utilização de plantas medicinais e remédios caseiros é preciso, segundo os dispositivos de regulação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que os saberes tradicionais sejam submetidos à validação científica. Essa validação científica pressupõe “depurá-las dos aspectos culturais, das crenças e dos valores que comprometem a sua eficácia” (FERREIRA, 2013, p. 50). O papel dos governos deve ser, conforme orientação da OMS, realizar o controle do exercício das práticas de saúde tradicionais, com o fim de garantir que o acesso e o uso racional dos conhecimentos, práticas e praticantes ocorra de forma segura e eficaz.

Portanto, ao mesmo tempo em que há discursos que enfatizam a introdução de práticas tradicionais de cura nos organismos nacionais de saúde, há também os que criam dispositivos de regulação e controle dessas práticas, que determinam: quais deveriam ser adotadas, como seriam praticadas e quem estaria capacitado para exercê-la, excluindo assim, todo sujeito que estiver fora da ordem discursiva

desse saber científico, ou seja, "ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo". (FOUCAULT, 1996, p. 37)

No mundo contemporâneo, a criação de mecanismos de regulação e controle perpassa pela formação do sujeito diplomado, qualificado e apto a atuar com esse saber considerado científico. Edler (2006) aponta que a aproximação da química com a medicina, assim como a aproximação da terapêutica com a biologia, possibilitou a criação de uma farmacologia científica e a profilaxia de diversas doenças transmissíveis, ao redirecionar esforços para a produção de medicamentos e, no caso da microbiologia, expor ao mundo a ação dos microrganismos na transmissão das doenças.

O surgimento dos medicamentos industrializados exigiu um aumento do conhecimento sobre as drogas e a emergência da profissão farmacêutica. Os estabelecimentos, que antes atuavam de forma tradicional, foram paulatinamente substituindo o modo artesanal de produzir os medicamentos, utilizados na arte de curar, "confiando a sua responsabilidade a comercialização de medicamentos industrializados, agora utilizados pelas ciências da saúde" (EDLER, 2006, p. 96).

O autor acrescenta que essa transformação no modo de comercialização dos medicamentos e da emergência do profissional farmacêutico foram condições favoráveis à criação de escolas de Farmácia no Brasil, que antes tinham seus cursos vinculados as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. A primeira escola de Farmácia, desvinculada das Faculdades de Medicina, a surgir no país foi a Escola de Farmácia de Ouro Preto, em 1839, e após meio século surgiram as escolas de Porto Alegre, em 1896, São Paulo em 1898 e em 1904, a Escola de Farmácia do Pará, objeto de estudo desta pesquisa, considerada a quarta escola a ser criada.

Dentre os trabalhos existentes sobre o ensino da Farmácia a historiadora Verônica Pimenta Velloso analisou em sua tese - *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes* - como ocorreu o processo de institucionalização da farmácia no Rio de Janeiro entre o período de 1851-1887. Segundo a autora, a Sociedade Farmacêutica Brasileira (1851) e o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (1858) foram condicionantes decisivos para a institucionalização do ensino farmacêutico, pois, ambos surgiram com o objetivo de defender as reivindicações de

seus associados, que clamavam por melhorias no ensino farmacêutico e pela elaboração de regras que coibissem o exercício ilegal da farmácia. Com a oficialização do ensino farmacêutico criava-se um diferencial entre o profissional farmacêutico diplomado e os demais praticantes das artes de cura.

A elite farmacêutica e médica que se configurou a partir da criação da Academia Imperial de Medicina (1835) e das duas associações farmacêuticas nos anos de 1850 buscavam, então, suas diferenças na titulação acadêmica ou na organização de seus saberes específicos em relação a um universo em que as práticas de cura misturavam-se ou concentravam-se num mesmo personagem. Neste quadro, a questão da oficialização do ensino e de seus instrumentos corresponderia à criação de espaços da ciência a serem conquistados. (VELLOSO, 2007, p. 216)

As estratégias utilizadas para legitimar a atuação do profissional farmacêutico e a construção de espaços que possibilitassem debater assuntos de interesse particular também foram perscrutadas por Olga Sofia Alves em sua dissertação de mestrado, *Farmacêuticos Diplomados e algumas estratégias de Institucionalização da Farmácia em São Paulo (1892-1934)*. A autora traz a tona algumas estratégias utilizadas pelos profissionais da farmácia para legitimar a profissão diante da sociedade e do Estado.

Eles acreditavam que precisavam legitimar socialmente a profissão, conquistar autonomia frente aos médicos e controle sobre os práticos. Observando os países em que a Farmácia era reconhecida, se convenceram que precisavam criar uma associação da classe, uma revista, uma Escola de Farmácia e ter uma farmacopéia nacional. (ALVES, 2011, p. 59)

A autora acrescenta ainda que para os farmacêuticos, institucionalizar a Farmácia significava valorizar sua atividade, substituindo a imagem de “simples ofício” pela de uma “profissão científica”, ou seja, transformar a imagem do farmacêutico de “manipulador de produtos, executor de formulas para a de um profissional respeitado, profundo conhecedor da química e da botânica” (ALVES, 2011, p.11).

De forma mais ampla, o historiador Flávio Coelho Edler faz em seu livro, *Boticas & Pharmácias – Uma História Ilustrada da Farmácia*, uma abordagem sobre a história da Farmácia no Brasil nos três períodos: Colônia, Império e República. Nele, aponta que desde a proclamação da independência do Brasil, a fiscalização às

farmácias e a comercialização de medicamentos esteve a cargo das Câmaras Municipais, as quais tinham atribuições de proibir a ação de terapeutas não diplomados. Na corte ou nas províncias, mesmo com a fiscalização, era comum a venda de remédios secretos. Para a população, a competência terapêutica não dependia de diplomas oficiais e as autoridades, que deveriam fiscalizar essa prática considerada ilegal pela racionalidade científica faziam "vista grossa a multiplicidade de anúncios que ofereciam, para os mais diversos males, remédios que prometiam curas imediatas". (EDLER, 2006, p. 60)

O autor acrescenta que o ensino farmacêutico ganhou uma cara nova com a "criação de novas disciplinas, institutos e laboratórios, e da contratação de preparadores, conservadores e assistentes" sendo também facultado "aos doutores, farmacêuticos e dentistas, mediante a aprovação da Congregação das Faculdades de Medicina, a possibilidade de organizar cursos livres sobre as disciplinas que formavam o ensino oficial¹". (EDLER, 2006, p. 65)

Ao traçar o cenário da farmácia nos períodos da Colônia, Império e República ele apresenta as transformações ocorridas ao longo dos séculos, desde a chegada dos portugueses ao Brasil até a farmácia contemporânea. Neste recorte, apresenta que na Colônia a figura do boticário estava atrelada aos conceitos europeus que se confrontaram com as práticas de cura indígenas e africanas disseminadas no Brasil. Os representantes da medicina oficial, "reivindicando para si o controle do corpo doente, esvaziava o sentido dos conhecimentos terapêuticos populares e reinterpretava-os à luz do saber erudito". O império foi marcado pelo "desenvolvimento do ensino e das pesquisas sobre a flora medicinal brasileira e pela elevação do status do farmacêutico e de algumas farmácias". Apresenta também que, visando o aprimoramento das instituições de ensino, "uma elite profissional" passou a organizar-se em torno de sociedades e periódicos científicos, tendo como principal fórum de debates o ensino médico e a saúde pública imperial. Finaliza assinalando as mudanças ocorridas na indústria farmacêutica, durante a República, no modo de produção dos medicamentos assinalando que esse processo de transformação se relacionou, sobretudo, com o aumento da fabricação de medicamentos e as mudanças ocorridas nas formas de distribuição e

¹O Decreto Nº 9.311, de 25 de outubro de 1884, dá novos Estatutos as Faculdades de Medicina. Essas reformas deram ênfase ao ensino prático e livre voltado para uma medicina experimental. Possibilitou também a abertura de cursos livres sobre as disciplinas que formavam o ensino oficial (EDLER, 2006, p. 65)

comercialização já nas últimas décadas do século XIX. Ressalta ainda que o ensino farmacêutico passou por inúmeras modificações no decorrer do século XX consolidando-se em 1962 após o Conselho Federal de Educação criar "um currículo mínimo para os cursos de Farmácia" (EDLER, 2006, p. 20; 63; 64; 114).

As pesquisas realizadas por todos esses autores apresentam algumas similitudes em suas análises. Sobre os caminhos percorridos para a institucionalização da farmácia do Brasil eles mostram que a criação de associações científicas foram fatores condicionantes para a criação de escolas de farmácia. O reconhecimento profissional e a legalização da profissão farmacêutica também foram assuntos abordados por esses autores, os quais mostram que muitas estratégias foram utilizadas para legitimar a atuação do profissional diplomado e inibir a prática da farmácia por pessoas desqualificadas, mostrando que o processo de institucionalização da farmácia não ocorre de forma passiva, mas enredada em conflitos entre os profissionais com formação acadêmica e os práticos.

Com relação à Escola de Farmácia do Pará², a bibliografia existente a seu respeito ainda é reduzida. Especificamente sobre a escola encontramos o livro do farmacêutico Renato Ferreira da Silva, publicado com o objetivo de homenagear o centenário do curso de Farmácia no Pará, ofertado pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Nele o autor descreve a trajetória desta Instituição, pontuando as transformações ocorridas ao longo desses 100 anos. De forma factual descreve quando esta Instituição foi criada, onde inicialmente foi instalada, os primeiros professores, as disciplinas que compunham o currículo inicial, a duração do curso, entre outras informações relevantes. A partir da análise do currículo apresentado por Silva, pode-se observar que as ciências modernas estavam presentes desde a criação da escola.

A Escola de Pharmácia do Pará também é analisada em algumas passagens na dissertação do historiador Ruy Guilherme Castro de Almeida intitulada "*A Física nas Instituições de Ensino Superior no Estado do Pará (1904-1961)*". O autor buscou analisar a Física nas instituições de ensino superior no Pará. Nessa perspectiva, ele apresenta que esta disciplina foi incorporada ao currículo da Escola de Farmácia do Pará a partir de 1914 em consonância com a Reforma Rivadávia Corrêa, que previa

² Além dessas obras, há o Dicionário Histórico-Biográfico da Fiocruz que também traz informações institucionais sobre a criação da Escola de Pharmácia do Pará.

mudanças no ensino da farmácia com a ampliação do curso de dois para três anos e assim, promover a inclusão de outras ciências em seu currículo.

A tese de doutorado de Aristóteles Guilliod de Miranda, “*A Epidemiologia das doenças infecciosas no início do século XX e a criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará*”, também apresenta alguns subsídios a respeito da Escola de Pharmácia do Pará. Mesmo tendo como foco principal da pesquisa analisar as condições de saúde da população de Belém enfatizando que as doenças infecciosas foram fatores condicionantes para a criação do curso de medicina no Pará, esse autor apresenta as instituições de ensino superior criadas no Pará e que antecederam a criação da Faculdade de Medicina, dentre elas a Escola de Pharmácia do Pará. De modo muito sucinto o autor apresenta alguns pontos factuais sobre a criação da escola, não estendendo suas análises a dados curriculares ou científicos.

As obras dos historiadores Silvio Ferreira Rodrigues, Jairo de Jesus Nascimento da Silva e Aldrim Moura de Figueiredo, embora não sejam referentes à Escola de Pharmácia do Pará, apresentaram contribuições para o presente trabalho, sobretudo porque se referem a questões do campo da saúde.

Os dois primeiros analisaram a Institucionalização da Faculdade de Medicina do Pará enquanto que o último analisou os conflitos entre os praticantes da arte de cura moderna e os da arte de cura tradicional, possibilitando-nos assim, um olhar sobre o período que antecede a criação da Escola de Pharmácia do Pará.

Silvio Rodrigues, em sua dissertação de mestrado, “*ESCULÁPIOS TROPICAIS: A Institucionalização da Medicina no Pará, 1889-1919*”, ao analisar a construção do poder e prestígio da medicina científica na virada do século XIX para o XX, aponta as dificuldades encontradas pelos médicos para legitimar sua ciência, mostrando que a disputa entre os “homens de ciência” e os praticantes da arte de cura tradicional era constante e dentre as estratégias utilizadas para legitimar seu saber como científico, médicos e farmacêuticos se uniram e criaram a Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará em 1897, portanto antes da criação da Escola de Pharmácia do Pará, e o periódico Pará-Médico com o objetivo de aproximar seus pares e fortalecer sua classe.

Da mesma forma, Jairo de Jesus da Silva em sua tese de doutorado, "*Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925*", procurou mostrar que a institucionalização da medicina acadêmica ocorreu enredada em conflitos, que emergiram tanto no interior da própria classe, quanto na disputa com outros praticantes das artes de curar. Ele analisa o processo de modernização urbana da capital paraense, os projetos de higiene e a implantação de uma legislação para regulamentar as ações no campo da saúde. Apresenta a Sociedade Médica Farmacêutica como o primeiro ensaio dos profissionais da saúde em constituírem uma organização representativa.

Aldrim Figueiredo também analisou os conflitos que marcaram o final do século XIX e início do século XX no campo da saúde, entre as práticas de cura tradicionais e as práticas de cura moderna. Segundo esse autor, a interação entre esses dois saberes foi enredada em relações de poder. De um lado o saber moderno, representado por médicos, farmacêuticos, higienistas, etc., utilizavam-se de estratégias como a disseminação de discursos que depreciavam as práticas seculares de cura, bem como instituíam dispositivos de criminalização do saber tradicional, prevendo, inclusive, pena de prisão e multa para quem a praticasse. Ressalta ainda que para os modernos "ter o beneplácito científico significava ganhar o status de verdade incontestável, justamente porque o método curativo teria obedecido a um teste ou a uma prova das leis científicas". Em contrapartida, houve também a preocupação em apresentar esse beneplácito científico na postura de pajés "que procuravam oportunamente associar suas práticas religiosas e curativas ao conceito de ciência, tão em moda na época" (FIGUEIREDO, 2003, p. 282).

Os trabalhos acima citados, mesmo não sendo específicos sobre a Escola de Pharmácia do Pará, apresentam questões que são importantes para a presente análise. Os trabalhos de Silvio Rodrigues, Aldrim Figueiredo e Jairo Silva nos permitem olhar o contexto que antecede a criação da Escola de Farmácia do Pará ao trabalharem as relações de poder existentes entre praticantes da arte de cura tradicional e os praticantes da arte de cura moderna, assim como, apontam às políticas de higiene e saneamento implantadas na, a partir do final do século XIX, com o interesse de modernizar a cidade de acordo com os padrões europeus de civilização. Também apontam criação da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará,

para tratar questões relacionadas aos interesses da classe farmacêutica e outros profissionais da saúde. Os trabalhos de Renato Silva e Aristóteles Miranda, mesmo que de modo factual, apresentam dados relevantes para esta pesquisa ao mostrarem que desde o primeiro currículo as ciências já estavam presentes na escola. Assim como o trabalho de Ruy Guilherme que, apesar de trabalhar apenas sobre a física nas instituições de ensino superior, nos mostra que esta disciplina esteve presente nos currículos da Escola de Farmácia do Pará.

A Escola de Farmácia do Pará foi criada em 1904. Portanto, após o início da Primeira República e na década que marcou a fase final da Belle Époque Amazônica. Logo, quando essa instituição foi criada o processo de modernização já estava presente na Amazônia, ocasionando efeitos como a entrada de produtos materiais e ideológicos vindos de países da Europa, que estavam na dianteira da modernidade, facilitada, também, pela riqueza da economia gomífera, o que provocou na capital paraense a aplicação de projetos modernizadores, que seguiam o modelo civilizador das cidades europeias. Esses projetos tinham a premissa de que era preciso alterar a imagem desordenada e insalubre da cidade para uma imagem símbolo de civilização e progresso (Alves (2011), Sarges (2002), Daou (2004)).

Essas transformações interferiram tanto no espaço urbano como na remodelação dos hábitos e costumes sociais, o que envolveu a criação de todo um aparato de leis, códigos de postura e dispositivos disciplinares, que tinham como objetivo normatizar e impor regras às classes populares, interferindo e regulando seus hábitos conforme os padrões modernos e, ao mesmo tempo, combatendo as epidemias que, de acordo com Sarges “dizimavam boa parte da população citadina e dos arredores” (SARGES, 2002, p. 148-149).

Sobre os cuidados com o embelezamento da cidade e a modernização dos espaços públicos, Daou (2004, p. 31) afirma que essas preocupações eram “condizentes com as necessidades de ventilação e higiene exigidas pelo clima”.

Com a Belle-Époque também se ampliou a entrada de modelos educacionais portadores da racionalidade científica moderna. É nesse período que a Escola Normal do Pará foi criada, em 1871, com o propósito de formar professores para atuarem na instrução primária da Província. Barros, em sua dissertação de mestrado, intitulada *A Escola Normal do Pará e a Introdução do Ensino das Ciências*

Naturais (1870-1930), mostra a movimentação das disciplinas científicas no currículo dessa instituição. Com isso, aponta que esta instituição previu o ensino de Física e Química no primeiro currículo, mas em 1874 essas disciplinas foram retiradas do currículo retornando em 1890, desta vez acompanhada da História Natural, mantendo-se, pelo menos, até 1930 (BARROS, 2010, p. 60).

Outra instituição que também previu ciências em seu currículo foi o Liceu Paraense. Criado em 1841, ou seja, anterior a Escola Normal do Pará, esta instituição que tinha como finalidade promover a instrução secundária, “configurou-se como celeiro de formação da elite local”. Pioneira na introdução das ciências, esta instituição inseriu em 1851 a cadeira *Noções de Física, Química e princípios gerais da Botânica* (BARROS, 2010, p.40).

Além das instituições educacionais, citadas anteriormente, é importante mencionar o Museu Paraense de História Natural e Etnografia, que passou a funcionar na década de 1870 sob a administração do Governo Provincial, tendo como principal finalidade realizar atividades de pesquisas científicas, mas, também educacionais. A partir de 1890, o Método Intuitivo ou Lição de Coisas passou a ser adotado no Museu Paraense, com o intuito de “promover um ensino popular – diferente do ensino escolar e técnico, consolidando a educação científica local” (MACHADO, 2010, p. 101).

Além dessas instituições é importante considerar a Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará, por que ela antecedeu a criação da Escola de Pharmácia do Pará, além disso, ela foi idealizada por médicos e farmacêuticos, tinha como objetivo tratar dos interesses científicos, morais. A Sociedade foi responsável pela publicação da revista *Pará-Médico* em 1900 e entre seus projetos constava a intenção de se criar uma Escola de Farmácia e Enfermeiros.

As ciências passaram a ser introduzidas nas escolas do Pará a partir da segunda metade do século XIX, tanto no ensino primário como no secundário. Deste modo, pretendemos analisar a contribuição da Escola de Pharmácia do Pará para o processo de introdução das Ciências no ensino superior paraense. Para isso, indagaremos sobre a possível existência de sociedades, escolas ou outras instituições relacionadas às práticas médicas. Averiguaremos se o contexto social da época influenciou na criação da Escola de Pharmácia do Pará. Por fim, examinaremos a presença das ciências no currículo desta instituição não

isoladamente, e sim como parte de um processo que se acentuou com o avanço da modernidade.

O período estabelecido para esta pesquisa se estende de 1897 a 1914. Como marco inicial desta pesquisa, escolhemos o ano de 1897, por corresponder ao momento em que foi criada a Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará. Para o marco final, estabelecemos o ano de 1914, por corresponder ao período em que as primeiras alterações curriculares, após a Reforma Rivadavia Corrêa, se consolidaram na Escola de Pharmácia do Pará.

Para isso, tomamos como material de pesquisa, os relatórios e as mensagens dos Governadores do Estado no que se refere à Escola de Pharmácia do Pará e ao Serviço Sanitário. A revista Pará-Médico foi outro material analisado nesta pesquisa. Por meio desse periódico foi possível examinarmos as atas da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará e assim, intuirmos que essa associação tinha pretensões científicas, entre elas a construção de uma escola voltada para a formação de farmacêuticos e enfermeiros. As análises de Jornais da época também corroboraram para a compreensão do dialogo presente entre os saberes tradicionais e modernos.

Desta forma, o resultado deste trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro deles intitulado, *Representação e Legitimação Profissional e Científica*, apresenta a Sociedade Médico-Pharmacêutica como a primeira representação de médicos e farmacêuticos na busca por uma legitimidade profissional. Descreve como se deu o processo de criação desta sociedade, os profissionais aceitos como associados, seus interesses, dentre outros aspectos. Destacaremos também a criação da Revista Pará-Médico, órgão de divulgação da sociedade, lançada em 1900 e que tinha como principal objetivo o estudo e elucidação de questões científicas, assim como estreitar os laços entre seus pares.

O Segundo capítulo expõe o contexto social vivenciado na região amazônica durante o final do século XIX e início do século XX, mais precisamente, como os ideais de progresso e civilização vão dialogar com a cultura local, ao serem recepcionados na Amazônia. Neste sentido, apresentaremos o contexto de modernidade em curso na época e as transformações ocorridas no campo da saúde com o objetivo de modernizar a cidade aos moldes europeus. O diálogo presente nas páginas dos jornais, através do anúncio de curas milagrosas e da denuncia

contra aqueles que praticavam as terapêuticas tradicionais de cura também estará presente neste capítulo.

O terceiro capítulo dará corpo às análises em torno da Escola de Pharmácia do Pará. Neste, faremos um breve esboço sobre a presença das ciências nas primeiras instituições de ensino do Pará. Examinaremos também se a Escola de Pharmácia do Pará dará continuidade ao processo de introdução das ciências no ensino do Pará, agora em nível superior. Para isso, faremos a análise dos currículos referentes aos anos de 1904, 1911 e 1914, este último por demarcar a finalização da pesquisa.

CAPÍTULO I

REPRESENTAÇÃO E LEGITIMAÇÃO PROFISSIONAL E CIENTÍFICA

Com a finalidade de alcançar o objetivo principal desta pesquisa, que é analisar a contribuição da Escola de Pharmácia do Pará para o processo de introdução das ciências no ensino superior paraense, consideramos importante percorrer o período que antecede a sua criação, com o intuito de mapear condições de possibilidade para sua implantação.

Nesse mapear de condições de possibilidade, emergiu a Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará, instituição criada no final do século XIX, mais precisamente em 1897, e que historiadores como Rodrigues (2008) e Silva (2014) apontam como o primeiro ensaio das classes médica e farmacêutica em se constituírem como uma organização representativa que permitisse tratar dos interesses morais, sociais e científicos de ambas as classes³. Essa instituição também, segundo os autores, criou uma revista própria com os objetivos de difundir os trabalhos realizados por seus associados. Outro dado relevante encontrado, em fontes primárias, revela-nos o interesse dessa instituição em criar uma escola para a formação de farmacêuticos e enfermeiros.

Assim, interessa-nos analisar quais eram os propósitos dessa sociedade, qual perfil de profissional era aceito nessa associação, essa associação tinha interesse em debater e difundir questões científicas e como se dava a relação desta Sociedade com o contexto social local.

1.1 Sociedade Médico-Pharmacêutica

A Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará foi idealizada em novembro de 1897 no momento em que se realizava uma sessão solene que tinha por desígnio homenagear os médicos Matta Rezende e Virgílio Mendonça, por seus serviços prestados ao Estado durante a guerra de Canudos. Neste mesmo ato, o governador Paes de Carvalho, que também era médico, ao tomar a palavra, propôs a criação de

³ SILVA, 2014, p. 89 e RODRIGUES, 2008, p.106

uma associação entre médicos e farmacêuticos que teria como finalidade "tratar dos interesses científicos, morais e materiais das classes có-irmãs de cujas vantagens e necessidades dispensava-se de tratar, pois que impunham tanto ao espírito do médico, como do farmacêutico". Essa proposta foi aceita pelos presentes e, naquele momento, uma comissão, composta por dois médicos e dois farmacêuticos, foi nomeada para organizar o Estatuto (CARVALHO, 1900, p. 22).

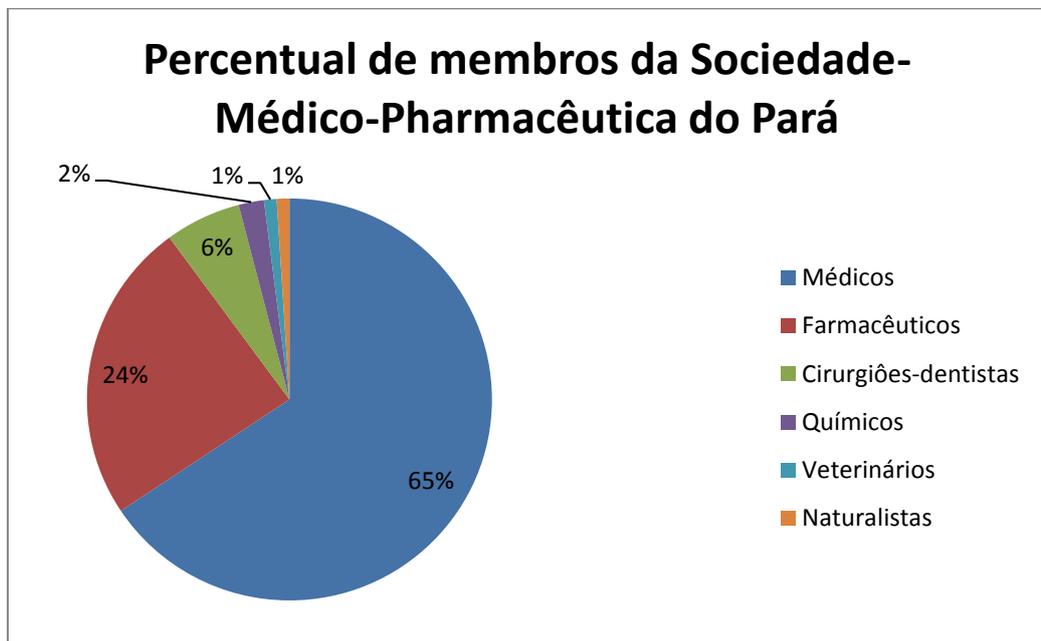
Oficialmente a Sociedade iniciou suas atividades em fevereiro de 1898, após as sessões preparativas em que se discutiram o estatuto que iria regê-la. Uma vez pronto, o estatuto previu a criação de seis comissões permanentes de discussões⁴. As ciências constavam no título de três comissões: Ciências Médicas, Ciências Acessórias, Ciências Cirúrgicas. Isso sinaliza que esta instituição tinha interesse em se organizar como uma sociedade científica.

As outras três comissões eram: Comissão de Farmácia, Comissão de Imprensa e Comissão de Finanças. Essas comissões tinham, dentre outras funções, analisarem a admissão de novos associados e auxiliar o governo nas políticas públicas, principalmente as ligadas à higiene na capital, fato que influenciou a criação de uma sétima comissão, específica para o assunto, denominada Comissão de Higiene.

Para ser aceito como membro efetivo da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará, o requerente deveria estar dentro da ordem discursiva do saber institucionalizado pela racionalidade científica moderna, visto que se exigia "ser médico ou farmacêutico ou titulado em qualquer dos ramos das ciências médicas, cirúrgicas ou acessórias" (ROSA, 1900, p. 52). Como efeito, a Sociedade Médico Farmacêutica agregou em seu rol de membros profissionais de diversas áreas como: médicos, farmacêuticos, veterinários, químicos, cirurgiões-dentistas e naturalistas, conforme mostra o gráfico abaixo.

⁴ Não encontramos informações mais detalhadas sobre as atividades realizadas pelas comissões.

Gráfico 1 - Percentual de membros da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará



Fonte: Revista Pará-Médico, 1900-1901.

Neste gráfico é possível observarmos que no total dos associados, os farmacêuticos que ocupavam 24% do total de membros, só eram superados pelo número de médicos associados, que ocupavam 65%. Os demais profissionais somavam 9% de membros efetivos, dos quais 6% eram cirurgiões-dentistas, 1% correspondia a químicos, outros 1% a veterinários e mais 1% de naturalistas.

Vale ressaltar que este naturalista era o notável Emílio Goeldi, diretor da principal instituição científica da região, o Museu Paraense de História Natural e Ethnographia. Outra personalidade, nesse caso política, que integrava a Sociedade era o próprio Governador do Estado, Paes de Carvalho, que também era médico e estava entre os idealizadores dessa agremiação. Como se pode observar essa instituição agregava em seu rol de membros pessoas importantes da sociedade local que estavam ligadas tanto ao campo da ciência quanto da política.

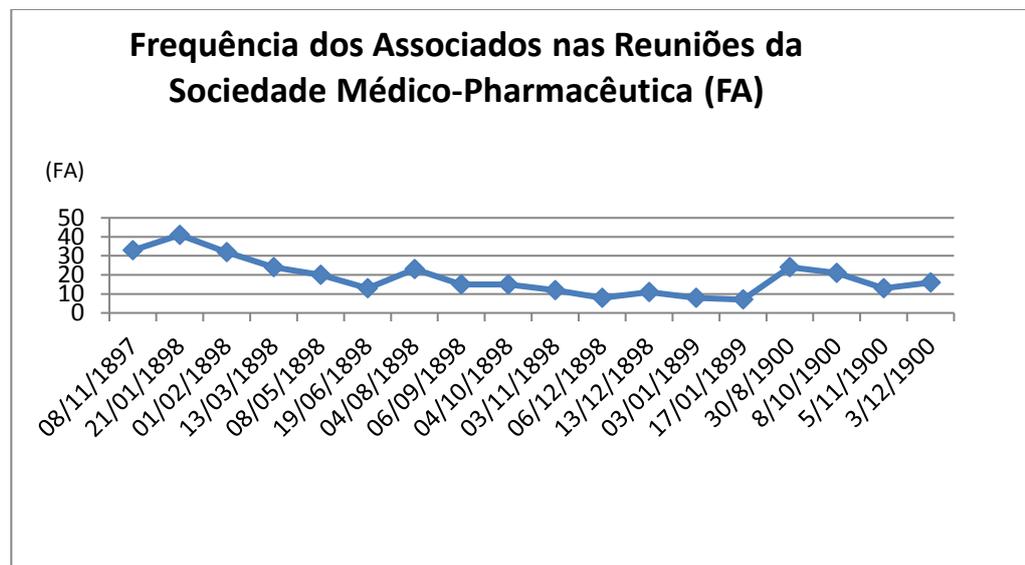
A instalação da Sociedade foi recebida com entusiasmo pela sociedade em geral. A imprensa local noticiou esse momento como "a festa da ciência"⁵. O governo, também a recebeu com grande exaltação, entendendo ser esta a

⁵ A Província do Pará, quarta-feira, 2 de fevereiro de 1898, p. 1.

representação do progresso do Estado, pois através desta instituição esperava-se o parecer sobre questões científicas e a realização de serviços que beneficiassem a sociedade paraense. Os associados vislumbravam a possibilidade de um espaço em que pudessem trocar experiências com seus pares, bem como expor, discutir e divulgar questões de cunho científico e profissional.

Ela chegou a agregar em seu rol de membros 99 associados efetivos. No entanto, ao se analisar a frequência dos sócios nas reuniões mensais da sociedade verifica-se que, já no seu primeiro ano de funcionamento a Sociedade foi, paulatinamente, registrando quedas sequenciais, havendo reuniões em que a presença não contemplava 10% do total de membros efetivos⁶ conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 2- Frequência dos associados nas reuniões da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará



Fonte Revista Pará-Médico 1900-1901

O gráfico mostra que a presença de associados nas reuniões da Sociedade Médico-Pharmacêutica vai decrescendo no decorrer dos meses, havendo em alguns períodos oscilações quanto ao número de presentes. O momento entre setembro de

⁶ O número de sócios efetivos chegou à soma de 64 médicos, 24 farmacêuticos, 06 cirurgiões dentistas, 02 químicos, 01 veterinário e 01 naturalista (PARÁ-MÉDICO, 1901, p. 274)

1898 a janeiro de 1899 apresenta um período de baixa frequência, entre o período de fevereiro de 1899 a junho de 1900 não encontramos relatos das atas, o que explica a ausência de dados no gráfico referente a esse momento. Em agosto de 1900, ocorre uma convocação extraordinária com o objetivo de realizar as eleições gerais da nova mesa diretora, sendo eleito como presidente da mesa administrativa o Dr. João Godinho. Vale ressaltar que após a reunião de dezembro de 1900, as atas seguintes não apresentam registros do número de sócios presentes.

A baixa frequência de associados nas reuniões da associação foi enfatizada no discurso de posse do Dr. João Godinho, em 1901, ao proferir que o sucesso da Sociedade Médico-Pharmacêutica dependia, em parte, do esforço de todos que faziam parte da agremiação.

Do rápido esboço do programa da Sociedade a largos traços lançado, em seus delineamentos mais gerais, se depende, a primeira vista, sem esforço, o papel da Sociedade Médico Farmacêutica está destinada a representar no nosso meio os serviços que dela é dado esperar. De vós somente depende a execução desse belo programa. Um pouco de boa vontade, um pequeno esforço de vossa parte, bastam para que os alevantados intuítos, entrevistados pela nossa Sociedade, se convertam na mais brilhante realidade. (GODINHO, 1901, p.105)

Da mesma forma, as atas das reuniões registram que o secretário eleito dr. Américo Campos, enfatizou o longo período em que a Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará ficou sem grande atividade e questionou se este fato estava relacionado com "a indiferença pelo cultivo direto e perseverante das ciências médicas" (CAMPOS, 1901, p. 106). Manifestando de antemão sua satisfação em contribuir para "o renascimento da primeira associação médica incorporada neste estado", o secretário atribui o desejo de ver restaurada a associação.

Nascido no peito de alguns o desejo de ver restaurado o nosso grêmio, de senti-lo prosperar e de mais a mais engrandecer-se, saudando-o no futuro pelo brilhantismo, admirado universalmente, e pela benemerência, abençoada pela gratidão geral dos humanos não tardou em espriar-se, ganhar outras muitas simpatias, levantando-se como aspiração, de necessária e indispensável realização, em todos os corações dos atuantes dos atuais consócios meus. (CAMPOS, 1901, p. 106)

A baixa frequência nas reuniões da Sociedade, no entanto, não inibiu os anseios daqueles que propagavam o discurso científico em prol do progresso, nem

os que consideravam o exercício do médico como um apostolado que dignificava a arte de curar, ressaltando que a "soma de sacrifícios que é preciso despende para voltar-se todo inteiro, alma e coração a prática altruística, em demanda dos meios de minorar alheios sofrimentos". (GODINHO, 1901, p. 104)

Na vida das sociedades cultas, entre os homens de ciência, quer para os nossos associados, assim como para aqueles que tem clara e precisa a noção e segura a consciência da tarefa árdua que sobre os ombros nos pesa, para nós médicos, principalmente, que laboramos no exercício da missão derivada desse apostolado sublime, que a um tempo eleva e dignifica, e constitui a - Arte de Curar - esta solenidade representa alto valor significativo, que a todos, de certo, não é dado compreender. (GODINHO, 1901, p. 103)

Ao transpor o marco de seu terceiro ano de existência, a Sociedade Médico-Pharmacêutica apresentava em seu programa projetos que, em suas concepções, assegurariam o êxito da sociedade. Dentre as ações que compunham o programa da associação estavam: a instituição de conferências sobre assuntos científicos⁷; a organização de congressos científicos; a fundação de uma Policlínica e de Sanatórios e a criação de uma Escola de Farmácia e Enfermeiros⁸.

A criação de Policlínicas proporcionaria condições para que a população tivesse fácil acesso ao conselho de especialistas, "onde lhe seja dado sofrer certas operações, receber curativos, obter a aplicação de aparelhos, assim como o medicamento a título gratuito" (GODINHO, 1901, 104).

A criação de sanatórios foi sugerida pelo "consocio" Francisco Miranda, médico e diretor do Serviço Sanitário do Estado, e tinha como alvo o tratamento da tuberculose. Essa sugestão representava a recepção de um discurso vigente no mundo científico que circulava, tanto no estrangeiro como no Brasil e que também era propagado na revista Pará-Médico, órgão de divulgação da Sociedade Médico-Pharmacêutica, a necessidade de se criar espaços especializados para o tratamento desta moléstia.

⁷ Essas exposições foram inauguradas, na Exposição do Lyceu Benjamim Constant, pelo consocio o Américo Campos, médico higienista e secretário da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará.

⁸ Os associados consideravam que mesmo não sendo possível, naquele momento, levar a efeito a realização de tais certames, deveriam, todavia alimentar a esperança da sua possibilidade em tempo, que, para eles, não estaria muito distante.

Em algumas cidades do Brasil como, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco, houve a criação de Ligas contra a tuberculose, com o objetivo de combater a mortalidade provocada pela moléstia, orientar a população sobre medidas de prevenção, bem como promover a fundação desses estabelecimentos. Preocupação semelhante foi manifestada pelo professor Brouardel, Deão da Faculdade de Medicina de Paris, na abertura do X Congresso Internacional de Higiene e Demografia, no qual ele corrobora com o discurso de que é preciso combater esse mal, evitando sua propagação, sendo necessária para isso, a criação de sanatórios.

Temos diante de nós um flagelo, que faz no velho continente mais devastações que as mais temíveis pestes. Um quarto da humanidade sucumbe aos golpes da Tuberculose. Ora desde os trabalhos do prof. Villemin, do Val de Grace, sabemos que esta afecção é contagiosa; graças ao prof. Koch conhecemos-lhe o germen. Sabemos igualmente que ela é curável (BROUARDEL, apud GODINHO, 1901, p. 104-105).

O projeto de criação de uma *Escola de Farmácia e Enfermeiros* também demonstra o objetivo desta associação de estar em consonância com os interesses tanto dos associados como do Estado, uma vez que, a execução de um projeto como esse contemplaria, ao mesmo tempo, os anseios daqueles que almejavam, através de seus métodos modernos, destacarem-se no combate as moléstias que mais acometiam a região Amazônia, bem como os anseios do Estado no que concerne à prestação de serviços relevantes a saúde pública.

Entre as profissões liberais, a classe médica, sobretudo, luta presentemente, na Europa, com as mais sérias dificuldades, que tendem a incrementar-se, e ameaçam assoberbá-la. O grito de alarme nos vem do estrangeiro. Médicos, principalmente, entre os demais membros da nossa Associação, devemos estudar a causa do mal, para tomarmos as cautelas precisas, afim de evitar, em tempo, de sermos por ele atingidos. Um dos primeiros passos a dar nessa senda, a meu ver, é procurar manter, em nível superior, o prestígio que a nossa classe compete no meio social em que vivemos. (GODINHO, 1901, p. 105)

Buscar prestígio diante da sociedade também era uma das estratégias que a Sociedade Médico-Pharmacêutica utilizava para tentar legitimar seu saber no meio social. E, como fazer com que suas atividades, suas aptidões e, sobretudo suas ideologias chegassem ao conhecimento de um maior número de pessoas? Foi partindo dessa proposição que a Sociedade levou adiante uma ideia que já havia

sido cogitada no início de sua criação, mas que precisou aguardar condições favoráveis para que fosse concluída, a publicação de uma revista própria, um órgão de divulgação de suas atividades e de circulação de saberes científico.

Foi então que em novembro de 1900, a Sociedade Médico-Pharmacêutica lançou a Revista Pará-Médico, que tinha como objetivo favorecer a comunicação entre seus pares e tratar de assuntos relativos à saúde, no Pará e no Mundo. Através desse periódico os associados publicavam análises realizadas em seus consultórios particulares, relatórios de atividades desenvolvidas para o Governo do Estado, entre outras coisas. Esta era uma forma de mostrar as demais Sociedades médicas e científicas, ao Governo e a sociedade em geral, as atividades que desenvolviam e relatavam nas reuniões mensais da associação.

A análise desse periódico possibilita uma leitura daquilo que estava em fluxo no interior desta associação. Seus textos retratavam aquilo que era corrente na época, estando dentre os assuntos mais comuns às doenças epidêmicas e os assuntos ligados à higiene e saneamento da cidade. Isso acaba demonstrando que, de fato, esta associação buscava estar em sintonia com as questões sociais de seu tempo e dessa forma fazer-se presente e atuante diante dos acontecimentos em geral.

1.2 Revista Pará-Médico

A revista Pará Médico foi o principal órgão de circulação da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará. Tendo a frente de sua redação os Drs. Pontes de Carvalho, Américo Campos e João Godinho. Seu primeiro volume foi publicado em novembro de 1900. A circulação da revista era mensal e sua editoração realizada pela Tipografia do Diário Oficial do Estado.

Em seu primeiro volume, a matéria de abertura fazia uma chamada ao lançamento da revista a qual, segundo os editores, vinha destinada “ao estudo e elucidação de todas as questões que se possam debater dentro da esfera, cada vez mais ampla e dilatada, da ciência médica” e, ao mesmo tempo em que representaria um campo aberto às aptidões de cada associado, exerceria também um trabalho de vulgarização científica.

Quando não representasse um campo aberto ao aproveitamento das aptidões que temos a felicidade de contar entre os membros da corporação médica e farmacêutica desta cidade, e ao mesmo tempo um trabalho de vulgarização científica em prol da coletividade, é indispensável que o Pará Médico servirá para apertar os laços de solidariedade que devem existir em devotados apóstolos de um mesmo ideal, aos quais cabe a responsabilidade de cimentar as bases em que se apoiam as novas aspirações de progresso e civilização. (PARÁ MÉDICO, 1900, p. 01)

Nesta mesma edição publicou-se o discurso do Sr. João Godinho, na sessão de posse da diretoria da Sociedade. Neste ele enfatiza além de outras questões, que a missão do farmacêutico e do médico não deve ficar limitada apenas ao exercício da clínica ou ao trabalho material da oficina, mas, que “trabalhos de outra natureza, embora visem o mesmo fim, são com justiça reclamados, tanto do médico como do farmacêutico conforme os talentos e aptidões de cada um, em outros departamentos dos vastos domínios da ciência” (GODINHO, 1900, p. 2).

Assim, é perceptível que eles consideravam que suas atividades tinham relações com a ciência. Godinho, em seu discurso de posse questiona, por exemplo, o fato da Escola de Liverpool⁹ comissionar dois médicos estrangeiros para estudar as moléstias tropicais e parasitárias, comuns ao clima paraense, pois segundo ele, estes estudos deveriam ser de competência dos profissionais da região, mais especificamente, dos membros da Sociedade Médico-Pharmacêutica.

1.2.1 Higiene

Dos temas publicados na revista Pará-Médico, as questões ligadas à higiene eram frequentes. Américo Campos, um dos editores do periódico e um dos principais colaboradores, foi autor de uma sequência de artigos publicados nessa revista, com relação a essa temática. Como inspetor do Serviço Sanitário e responsável pela Seção Demografo-Sanitária desta repartição, Américo Campos, também publicava na revista os relatórios demográficos sobre a mortalidade em Belém.

⁹ Em 24 de agosto de 1900 chegou à capital paraense a expedição médica inglesa, encarregada de proceder a estudos especiais sobre a febre amarela, no Pará. Composta pelos Drs. H.E. Durhan e Walter Myers, esta é a terceira expedição enviada pela escola.

Propagador do discurso higienista, Américo Campos publicou artigos que enfatizavam aspectos ligados à higiene e ordenação da cidade. O artigo “*A cidade de Belém em 1900 – (Higiene)*”, por exemplo, apresenta Belém como uma cidade “beneficiada em todos os recantos”. Vai pontuando todos os aspectos relativos à cidade e que estão de acordo com os padrões de progresso e civilização: ruas largas e arborizadas, limpeza regular tanto das ruas como das praças, construções claras, bem ventiladas e de acordo com as exigências do clima, água potável e rede de esgotos.

Além desse artigo, Américo Campos também publicou trabalhos sobre lepra, cães, mendicidade e tuberculose. Com o título “Pelos morféticos”, ele publicou sobre a questão da lepra, considerando ser esta uma das mais graves enfermidades da humanidade, para depois defender a necessidade de se realizar um ativo serviço de propaganda contra essa enfermidade, alertando, principalmente, sobre seu contágio. Condenava a utilização de asilos para o isolamento dos enfermos e defendia a criação de colônias afastadas do centro da cidade, pois segundo ele,

Lucrariam os bons, lucrariam os afetados, ganhando a sociedade, porque assim poderia limitar a ação do mal, arrancando todas as raízes deste. Enquanto persistirem em manter asilos em palácios ou em casarões semi-arruinados, mais ou menos afastados dos centros habitados, há de haver leprosos na cidade e a moléstia continuará a propagar-se, transmitindo-se do enfermo ao são, do adulto a criança, pelo sangue, pelo leite, pela saliva ou pelo pus. (CAMPOS, 1901, p. 184)

1.2.2 Saúde

Além dos assuntos ligados a higiene, outro tema bastante presente na revista eram os ligados a saúde e epidemias que mais assolavam a capital paraense. Arthur Viana, outro colaborador da revista, escreveu a cerca das epidemias que assolaram o Pará, mais especificamente, a febre amarela e a cólera morbus. Também fez um esboço histórico do Dr. Américo Marques Santa Rosa, em comemoração ao segundo aniversário de seu falecimento e um esboço histórico da Santa Casa de Misericórdia, onde relata as modificações passadas por esta instituição e o esforço demandado para sua manutenção.

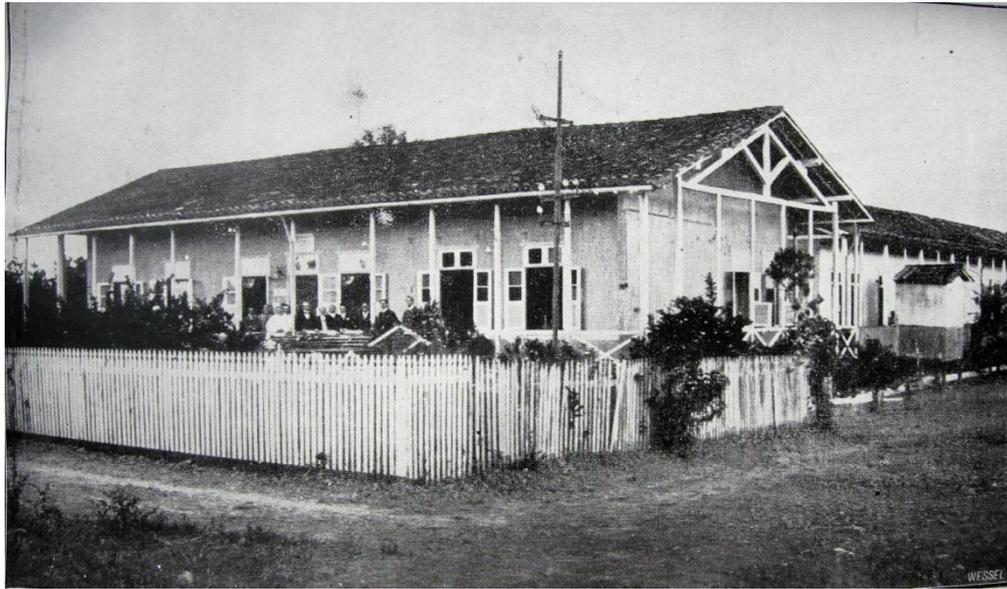
Além desses trabalhos, há os escritos de Pontes de Carvalho que como diretor do Hospital Domingos Freire publicou notas sobre o modo como se deu a instalação deste hospital, criado para o isolamento dos amareletos, e periodicamente, publicava nas páginas da revista a movimentação hospitalar dos enfermos deste hospital. Do mesmo modo, também publicavam-se a movimentação dos enfermos do Hospital São Sebastião, destinado ao isolamento dos variolosos.

Figura 1 – Hospital de Isolamento Domingos Freire



O Hospital Domingos Freire teve suas obras iniciadas em 1895, ainda no governo de Lauro Sodré e finalizadas em dezembro de 1899, na gestão de Paes de Carvalho e sua inauguração ocorreu em abril de 1900. Destinado aos pacientes acometidos de febre amarela, o hospital também chegou a atender outros casos epidêmicos como tifo, impaludismo, peste bubônica, tuberculose e varíola. O Hospital Domingos Freire foi extinto em 1964 e em seu espaço encontra-se hoje o Hospital Universitário João de Barros Barreto. (Abreu Junior, 2014)

Figura 2 – Hospital de isolamento São Sebastião



Fundado em fins do século XIX, o Hospital São Sebastião foi inicialmente utilizado para o tratamento de doentes de varíola. Entretanto, com o fim dessa epidemia em Belém, este hospital passou a ser utilizado no tratamento de outras doenças contagiosas, como a sífilis. (SARAIVA E JUNES, 2012)

A preponderância de temas relativos à higiene, saúde e epidemias nas páginas do periódico reforça que a Sociedade Médico-Pharmacêutica buscava estar dentro da ordem discursiva da época que, neste momento da virada do século XIX para o XX vivenciava transformações no campo da saúde como a Medicina Pasteuriana que “constituiu-se um suporte fundamental do projeto de higienização”. (ALVES, 1997, p. 188)

Mas, além dos artigos sobre higiene, saúde e epidemias, outros temas também circulavam pelo periódico, algo natural para uma sociedade que agregava profissionais distintos e que dedicava espaços na revista para seus associados publicarem suas pesquisas, observações e experiências. Giuseppe Martina, por exemplo, químico que atuava na Inspetoria do Serviço Sanitário, publicou estudos sobre temas que estavam ligadas ao seu campo de conhecimento como: “As últimas grandes descobertas químicas e as teorias cosmogonias”; “A evolução dos mundos e da matéria”; “Química e Biologia”, “A constituição da molécula”; entre outros.

A classe farmacêutica também teve sua representatividade na revista com a publicação do farmacêutico Joaquim Torres sobre “*Generalidade sobre a química*”. Nesta publicação, o farmacêutico descreve a química como uma “ciência bela” que

permite ao homem explicar os fatos que antes eram tidos como “mistérios impenetráveis”, bem como o que o estudo dessa ciência alcança.

A importância do estudo da química tem um grande alcance, já pelas suas propriedades filosóficas nas suas deduções das concepções do espírito, já pelas suas aplicações a medicina, as artes, as indústrias e as outras ciências que com ela estudam o nosso planeta. Adepto da química, esta ciência tão bela, tão profunda, que faz o homem explicar os fatos, que antigamente eram tidos como mistério impenetrável, faltaria um dever se neste estado preliminar não viesse render um preito de homenagem a memória daqueles a quem a química muito deve – Aos Alquimistas. (TORRES, 1901, p. 241)

De fato, a revista *Pará-Médico* era um espaço que dava visibilidade aos profissionais que faziam parte da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará. Embora suas publicações fossem predominantemente de autoria dos médicos que faziam parte de seu rol de membros, os farmacêuticos também estavam envolvidos nessa seara e, da mesma forma, buscavam atribuir valores científicos ao modo como exerciam sua prática.

Pelo que foi visto até aqui, a Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará foi uma instituição que nasceu com o propósito de lutar pelos interesses científicos, morais e sociais de seus associados. O interesse em debater e difundir questões científicas era algo que estava presente nesta associação e foi reforçado com a publicação da *Revista Pará-Médico*, um periódico que tinha como finalidade elucidar questões científicas da época. A aceitação de membros efetivos não era restrita apenas a médicos e farmacêuticos, mas, aberto a qualquer profissional do ramo das ciências médicas e acessórias, como químicos, veterinários, cirurgiões dentistas e, inclusive parteiras, desde que portadores de diploma acadêmico. Essa sociedade também buscava estar em consonância com os paradigmas da época tais como relacionados às campanhas de higiene, saúde e saneamento. Entre seus associados havia membros importantes do governo, até mesmo o próprio governador, refletindo assim na esfera governamental relações de saber e poder.

CAPÍTULO II

A BELLE-ÉPOQUE AMAZÔNICA: ENTRE A MODERNIDADE E A TRADIÇÃO

Neste capítulo, analisaremos o contexto social que antecede o momento em que a Escola de Pharmácia do Pará foi criada. Centraremos nossa investigação nas políticas de higiene e saneamento promovidas pelos governos com o objetivo modernizar a cidade e torná-la civilizada. Averiguaremos se essas políticas influenciaram o diálogo entre os saberes da medicina moderna (representado pelos profissionais da saúde portadores de diploma acadêmico) e os saberes da medicina tradicional (representadas por pajés, curandeiros e práticos), assim como também, se tiveram influências no nascimento da Escola de Pharmácia do Pará.

Percorremos o contexto social presente na região amazônica a partir do final do século XIX, momento em que a introdução da modernidade se acentuou, abrindo espaço para o avanço de instituições, tanto na área da saúde como da educação, e finalizaremos nossa intervenção no início do século XX, momento em que a Escola de Pharmácia será criada.

2.1 Modernidade e Belle-Époque

A Escola de Pharmácia do Pará foi criada em 1904, portanto na primeira década do século XX e ao mesmo tempo, última década do período denominado como Belle-Époque, momento em que a recepção da modernidade se acelerou na Província do Pará. Em alguns setores sociais, a expectativa pela modernização da sociedade era tão grande que chegava a ser uma verdadeira euforia do novo pelo novo, “o remédio para todos os males da sociedade”. A modernização também se associava aos ideais de progresso, apresentando-se “como um ápice na trajetória ascendente da sociedade para patamares mais altos de sua evolução” (ALVES, 1997, p. 181).

Na Belle-Époque era patente o desejo de civilizar o contexto social pelas elites locais, do mesmo modo esse desejo era manifesto por outros centros urbanos do país. O discurso de progresso atrelado à imagem de uma cidade civilizada, “a

altura das grandes metrópoles europeias”, foi incorporado pelas autoridades e governantes das principais províncias do país, provocando, assim, ações que tinham o objetivo de combater as epidemias e promover a salubridade. Isto significava melhorar “a base material e social capaz de assegurar” ao indivíduo uma saúde melhor. A salubridade estava associada à noção de higiene pública, uma prática de controle e modificação dos elementos materiais do meio que seriam capazes de favorecer ou não a saúde, ou seja, ela seria “o controle político-científico” desse meio (FOUCAULT, 1979, p. 93).

Em Belém, assim como, em outras cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, a questão da salubridade foi bastante enfatizada pelas autoridades. Era preciso criar um espaço urbano ordenado e para disciplinar os hábitos da população era imprescindível criar mecanismos de controle que deveriam ser levados a cabo pelo governo como “a fiscalização, a polícia municipal e as leis e posturas municipais, tudo em nome do interesse público” (SARGES, 2002, p. 144).

Portanto, um projeto de modernização deveria prever, ao mesmo tempo, reformas urbanas e uma intervenção no modo de viver das pessoas para ter um “espaço disciplinado e ordenado”, e por meio dos dispositivos de regulação, leis e códigos de posturas municipais, manter sob o controle do poder público tanto questões relativas à higienização da cidade como questões correspondentes a moralidade da população, pois era necessário para uma “cidade que experimentava o progresso”, “preservar os bons costumes dos habitantes”. (SARGES, 2002, p. 139 - 146).

2.2 Higiene e Saneamento

Os projetos de higiene e saneamento se tornaram prioritários para moldar a imagem de uma cidade civilizada, conforme a ordem dos padrões modernizadores das cidades europeias, que já circulavam na Amazônia. Nesse sentido, higienizar e sanear seriam palavras de ordem que iriam reger essas transformações, as quais “tinham como alvo principal o combate às doenças transmissíveis, sobretudo as epidemias” (ALVES, 1997, p. 184).

No período em que a população era acometida pelas epidemias que assolavam o país, o número de óbitos era grande. Isso acabou produzindo em Belém medidas que visavam, dentre outras coisas, manter o controle sobre a devastação provocada por estas moléstias. Diante disso, a emergência por medidas que visassem aperfeiçoar os serviços sanitários em Belém, provocaram mudanças significativas na estrutura organizacional dos serviços higiênicos em Belém.

A primeira reforma ocorrida nesses serviços em Belém ocorreu em 1891, no governo de Lauro Sodré, a qual regulamentou o serviço que antes era exercido por juntas de higiene, comissionadas pela Junta Central de Higiene Pública¹⁰. Em 1896, ainda na gestão de Lauro Sodré, uma nova reforma faz com que os serviços sejam ampliados e divididos em seções técnicas.

Sobre essa nova organização do serviço sanitário, o Jornal A Folha do Norte¹¹, um dos jornais de maior circulação na província, publicou em abril de 1896, uma matéria intitulada "A reforma sanitária projetada". Nesta matéria, dava-se ênfase ao projeto de organização do serviço sanitário, que acabara de passar por votação na câmara dos deputados e que seria, segundo a matéria, um dos trabalhos mais dignos apresentado nesta Casa. Considerando a saúde como o bem mais precioso de um povo, os deputados emitiram as seguintes palavras a fim de conceituá-la:

Acreditam muitos que a saúde da população não passa de objeto de filantropia, mas na verdade a questão tem mais importância do que parece a primeira vista. A saúde do povo é o fundamento real sobre que se apóiam a vida e a felicidade de uma nação. Pode um país ser habitado por uma população trabalhadora e ativa; pode possuir numerosas indústrias, uma agricultura prospera e artes florescentes; pode, enfim, dispor de força material suficiente para assegurar todas essas riquezas; mas se a população se conservar estacionária ou diminuir, esse povo virá a perecer. A saúde do povo é, em minha opinião, o primeiro interesse, que deve ter em mira o homem de estado. (FOLHA DO NORTE, 1896, p. 01)

¹⁰ A autoridade da Junta Central era exercida, nas províncias, pelas estruturas que fossem organizadas. Nas províncias, as juntas e os inspetores teriam atribuições semelhantes às da Junta Central, orientando-se por seu regulamento (CABRAL, 2014)

¹¹ O Jornal Folha do Norte (1896-1974) é um dos mais importantes da história da imprensa no Pará. Com longevidade de 78 anos, foi um dos jornais pelo qual os leitores acompanharam acontecimentos regionais, nacionais e também internacionais. Trouxe em suas páginas a vida política do estado, defendendo o Partido Republicano Federal, liderado por Lauro Sodré, e fazendo oposição a política de Antônio Lemos, do partido Republicano do Pará. (SEIXAS, Et. al. Jornal Folha do Norte e suas publicações sobre a Amazônia, o Pará e a cidade de Belém. (Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013)

A matéria segue relatando que nos governos ditos civilizados, a preocupação com a saúde era algo recorrente uma vez que, despendiam grandes quantias na execução de projetos ligados à saúde, pois consideravam que, “A proteção à saúde pública por leis sabias, que contribuam para a conservação desses capitais é, pois, uma necessidade, que naturalmente se impõe ao homem de estado cômico da sua elevada missão”.

O jornal acrescenta ainda que de fato a Instituição Sanitária no Pará só passou a existir depois de 1891, momento que foi desligado da Junta Central de Higiene Pública e passou para o Estado. O plano de remodelação traçado obedeceu ao modelo implantado em São Paulo e Rio de Janeiro, onde também se acreditava que “a solução técnica dos problemas de saúde pública seria, indiretamente, o caminho para conduzir a cidade ao “progresso” e à “civilização”” (SAMPAIO, 2001, p. 41, grifos do autor). Acrescenta também que este plano colocaria a Instituição Sanitária do Pará num patamar de honra, ao lado das instituições mais notáveis tanto do país como do estrangeiro.

Deste modo, caberiam ao serviço sanitário além do estudo das questões relativas à saúde pública, estudos relacionados ao saneamento das cidades, estudos sobre medidas para se evitar à importação de epidemias e dentre outras coisas a fiscalização do exercício da medicina e da farmácia. Assim, a partir de sua reorganização, novas atribuições seriam agregadas ao Serviço Sanitário que, além de sua secretaria, teria outras seções técnicas auxiliares como: Laboratório de análises e bacteriologia, Instituto vacinogênico animal, Demografia sanitária e meteorologia, Polícia sanitária-profilaxia e desinfecção e Hospitais de isolamento.

O jornal finaliza ressaltando que seria expedido pelo governo um regulamento para a execução dessa lei, definindo as atribuições e obrigações dos funcionários da inspetoria e suas dependências, regularizando dessa forma, o exercício da medicina e da farmácia, da obstetrícia e da arte dentária, a polícia sanitária, assim como o comercio de drogas e instrumentos cirúrgicos.

Pelo que foi dito a reforma no serviço sanitário previa, dentre outras coisas, a regulamentação do exercício da farmácia, além da medicina, da obstetrícia e da arte dentária como um meio de restringir o exercício dessas profissões aos profissionais

que provassem estar habilitados e autorizados perante a junta de higiene do estado, prevendo inclusive, punições para quem exercesse de forma ilegal essas atividades.

Em 1898, o Serviço Sanitário passaria por uma nova reorganização, desta vez liderada pelo governador Paes de Carvalho, que era formado em Medicina. Quando assumiu o governo do estado, Paes de Carvalho buscou demandar certa atenção às questões relativas à higiene pública. Tomando São Paulo como exemplo, o governador também pretendia equipar a capital paraense com um moderno e completo Serviço Sanitário. Assim, submeteu ao Congresso do estado uma série de medidas que tinham como objetivo ampliar os serviços sanitários no estado. Dentre essas propostas estavam à reorganização do serviço sanitário e de assistência pública que criava, dentre outras, o serviço bromatológico e o laboratório farmacêutico; e auxílios a Santa Casa de Misericórdia para conclusão do hospital e a Sociedade Médico-Pharmacêutica para a fundação de uma policlínica com um estabelecimento hidroterápico anexo¹².

¹² Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo no ano de 1898, p 19. As propostas apresentadas ao Congresso e, que seriam executadas em conjunto com a administração municipal, contemplavam I – Construção de uma rede geral de esgoto; alargamento, nivelamento e alinhamento das ruas, travessas e praças da cidade; plano completo para as futuras edificações públicas, particulares, que obedecem a higiene e embelezamento da cidade e das construções; estudo do melhor sistema de calçamento para as nossas ruas e praças; estudo de saneamento das docas, do litoral e das obras do porto de Belém; estudo da drenagem do solo e dessecação de pântanos. II – Serviço completo de isolamento; construção de hospitais de isolamento para leprosos, tuberculosos, amareletos variolosos e moléstias contagiosas esporádicas. III – Serviço completo de desinfecção nos hospitais e nos domicílios; compra do material do serviço sanitário. Iv – Auxílio à Sociedade Médico-Pharmacêutica para a fundação de uma policlínica com um estabelecimento hidroterápico anexo. V – Auxílio à Santa Casa de Misericórdia. VI – Reorganização do serviço sanitário e de assistência pública. VII – Fundação de um Sanatório.

Figura 3 - Foto de José Paes de Carvalho, governador do Estado do Pará no período entre 1897-1901.



Fonte: Álbum do Pará, 1898

Paes de Carvalho nasceu em 1850, na cidade de Belém. Concluiu o curso secundário na Escola Politécnica de Lisboa e formou-se em medicina na Escola Cirúrgica de Lisboa. De volta ao Brasil, ingressou no corpo clínico do Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia do Pará, foi um dos fundadores do Clube Republicano do Pará em 1886. Em 1890 foi eleito senador pelo estado do Pará e em 1897 tornou-se governador, exercendo o cargo até 1901 quando então foi sucedido por Augusto Montenegro. Foi sócio fundador da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará.

A Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará, como citada no capítulo anterior, foi fundada em 1897, ou seja, sete anos antes da criação da Escola de Pharmácia do Pará. Esta instituição agregou em seu rol de membros diversos profissionais da área da saúde, dentre eles 24% tinham formação em Farmácia. Vale lembrar que dentre as propostas de atuação desta sociedade, constava a criação de uma Policlínica, que teria como objetivo facilitar o acesso da população a serviços de saúde especializados como: operações, curativos e aplicação de

aparelhos, assim como o recebimento gratuito de medicamentos; a criação de Hospitais de Isolamento, e a criação de uma escola de farmácia e enfermeiros.

Como se pode observar, as reformas ocorridas no Serviço Sanitário previram, dentre outras coisas, a regulamentação do exercício da farmácia, além da medicina, da obstetrícia e da arte dentária como um meio de restringir o exercício dessas profissões aos profissionais que provassem estar habilitados e autorizados perante a junta de higiene do estado, prevendo inclusive, punições para quem exercesse de forma ilegal essas atividades. Entretanto, aos práticos da farmácia não diplomados, era facultado o direito de exercer a profissão, desde que se submetessem a um exame de habilitação na Inspetoria de Higiene Sanitária do Estado, a qual autorizaria inclusive a abertura de estabelecimentos farmacêuticos e a manipulação de remédios.

Entretanto, mesmo tendo garantido o direito de atuar profissionalmente no ramo da farmácia, os práticos não diplomados não deixavam de ser alvos de ataques veiculados pela imprensa e assim, terem sua atuação profissional comprometida. Além dos práticos, pajés e curandeiros também tinham suas práticas tradicionais colocadas em cheque com a veiculação constante de matérias que ridicularizavam a crença popular.

2.3A Tradição dos Práticos, Curandeiros e Pajés.

Em abril de 1902, o Jornal “*A Província do Pará*” publicou uma matéria onde João Marques de Carvalho, diante do acontecimento que envolveu a morte do médico Numa Pinto, a qual foi atribuída a um medicamento formulado por um prático e que teria causado a morte por envenenamento.

João Marques nasceu no dia 6 de novembro de 1866, em Belém do Pará. Diplomata, escritor e jornalista, Marques concluiu seus estudos em Lisboa, residiu na França e ao retornar ao Brasil seguiu a carreira de jornalista atuando como colaborador no Diário de Belém e depois no jornal A Província do Pará. Foi fundador e redator-chefe do Diário do Comércio do Pará. Como escritor publicou dentre outras

obras o romance naturalista Hortência, que tem como enredo um caso de incesto entre dois irmãos, sendo considerada a primeira obra a representar a paisagem urbana da cidade de Belém¹³. Em 1900 fundou a Academia Paraense de Letras, após ficar doente mudou-se para Nice onde morreu em abril de 1910.

Ele inicia seu artigo, no jornal A Província do Pará, falando que dentre “as anomalias encontradas em nossa existência de povo descuidado avulta essa atividade vulgarmente conhecida pela designação de prático de farmácia”. Segundo ele, após alguns anos convivendo dentro de laboratórios farmacêuticos, com boticários e clínicos era comum o prático sentir-se apto a abrir seu próprio estabelecimento.

Aos poucos meses, eis, a nova farmácia que ostenta as suas lustrosas armações com severas esculturas e brilhantes vidraças, através das quais se alinham os frascos de medicamentos, os boiões das pomadas, os vidrinhos dos venenos sutis, dos corrosivos ferozes, as cristalizações dos alcalóides naturais, toda a tremenda serie de substâncias fulminantes. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1902, p. 01).

Segue sua narrativa destacando que a fiscalização a esses estabelecimentos deveria ser mais rigorosa, no sentido de cumprir o que estabelece o código penal da República, pois segundo ele, esses homens seriam “falhos em educação científica e ignorante do valor de uma unidade infinitesimal no efeito de um tóxico”.

Na terra das farmácias sem farmacêuticos, onde as mais melindrosas receitas são executadas pelos práticos sobre o balcão comum, a vista do público, entre conversas e pilherias sobre os assuntos culminantes do dia. Pessoalmente, podem tais práticos possuir as mais estimáveis qualidades cívicas. Não é desta, porém, que se exige a contribuição constante nas farmácias e sim das aptidões peculiares, de que eles absolutamente carecem. São-lhes deficientes as mais rudimentares noções de classificação das substâncias tóxicas – e, entretanto manipulam porções e pílulas cuja base são os mais violentos venenos. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1902, p. 01).

Assim como João Marques de Carvalho, outro que teve suas reclamações publicadas nas páginas do jornal A Província do Pará, foi o farmacêutico diplomado

¹³ Sobre Marques de Carvalho ver SILVA, Alan Victor Flor da. DO FOLHETIM AO LIVRO: A REESCRITA DE UM CONTO DE MARQUES DE CARVALHO In Revista Memento, V. 4, n. 1, Jan-Jun. 2013; SILVA, Alan Victor Flor da. Marques de Carvalho na História Literária de José Veríssimo In Palimpsesto, n. 20, ano 14, 2015; SALES, Germana Maria Araujo. SILVA, Alan Victor Flor da. A RECEPÇÃO CRÍTICA DA OBRA NATURALISTA HORTÊNCIA, DE MARQUES DE CARVALHO, In RevLet – Revista Virtual de Letras, v. 04, nº 02, ago/dez, 2012.

Francisco Xavier que, portador de um grave problema de saúde nos pulmões, resolveu mudar-se para a Vila de Mosqueiro onde o clima seria mais propício para o tratamento de doenças respiratórias. Como farmacêutico recebeu condecoração em Paris por uma de suas fórmulas. Acumulando outras atividades, também exerceu a função de Juiz de Paz e Parteiro, realizando diversos partos e casamentos nos vilarejos as proximidades de Mosqueiro.

Figura 4 - Pharmácia Cardoso, de propriedade do farmacêutico Francisco Xavier Cardoso, localizada na Vila de Mosqueiro.



A matéria do jornal relatava a queixa do farmacêutico Francisco Xavier sobre o prático Manoel Caetano de Vasconcelos, que além de exercer a profissão de farmacêutico nesta vila ainda teria conseguido autorização da Junta de Higiene do Estado para abrir uma drogaria. Queixava-se também que o prático além de atuar como farmacêutico atuava também como médico, pois “atendia chamados para ver doentes e prescrevia como se fosse habilitado para tal coisa, fato esse sabido por toda a população d’essa vila”. Lembrando o fato ocorrido com o médico Numa Pinto, o farmacêutico acrescenta que casos como esse não existiriam se houvesse mais união entre os profissionais da saúde no combate aos concorrentes. Ressalta ainda que mesmo que estivesse previsto na legislação punição pra quem praticasse as artes de cura de forma ilegal, era comum a atuação desses profissionais.

As notícias veiculadas no jornal *A Província do Pará*, apresentam dois relatos de combate à atuação dos práticos de farmácia, os quais alegam que esses profissionais exercem a função sem estarem devidamente habilitados. Ambos fundamentam suas críticas apresentando o caso do médico Numa Pinto, que foi a óbito com suspeitas de envenenamento provocado pelo uso de uma medicação supostamente preparada por um prático. Atribuindo, inclusive, que situações como essa ocorrem por não haver uma fiscalização mais ostensiva, por meio das autoridades, da atuação de profissionais que não estão legalmente aptos a exercerem a função.

Não raro também, eram as denúncias que circulavam nos jornais a respeito da atuação de pajés e curandeiros na região amazônica. No jornal *A República* de 12 de março de 1899, por exemplo, uma nota denunciando a atuação de uma pajé, cujo nome era Adelaide, que após atender o maquinista do vapor Ilha Mexicana, o deixou em péssimo estado de saúde.

Não raro, é o dia em a imprensa desta capital não noticia a bravura desses desocupados, que levam o tempo a impingir aos tolos, as suas pussangas. Agora, temos a apresentar a polícia uma pajé, de nome Adelaide de tal, moradora na Avenida Serzedêlo Correa, casa n. 82, em cujas unhas caindo o 2 maquinista do vapor Ilha Mexicana, e depois de comer-lhe alguns cobres, deixou-o em péssimo estado de saúde. Aí fica a notícia, pedindo proteção para essa celebre. (A REPÚBLICA, 1899, p. 2)

Em outra reportagem, o mesmo jornal publicou a denuncia contra o Pajé Fellipe Benício, que segundo a nota, ia “matando a torto e a direito”. Reforçava então o caso de Umbelina, vítima do tal pajé, e que fora enterrada sem que ocorressem os procedimentos necessários para averiguação do caso.

No rio Acaraqui, distrito de Abaeté, está fazendo o “diabo” o pajé Fellipe Benicio de tal. Inculca-se como o “supremo curandeiro” dório e nestas vistas vai matando a torto e a direito, ora ao som do cachimbo e do canto, ora da dança e das evocações. No dia 2 deste mês enterrou-se na vila de Abaeté a rapariga Umbelina de tal, vitima do terrível pajé. O enterro, segundo nos consta, fez-se sem se ter procedido diligencia alguma para averiguar se realmente existe um crime, como é voz pública. Chamamos a atenção do digno dr. chefe de polícia e pedimos providências enérgicas contra o danado Page. (A REPUBLICA, 1900, p. 1)

Entretanto, essa retórica depreciativa a respeito da atuação dos curandeiros não era válida para todos. Rodrigues (2008, p. 66-67) aponta que em 13 de novembro de 1904, o jornal “Folha do Norte” circulou uma nota informativa sobre a chegada em Belém, do “professor Faustino Ribeiro Junior” que, diferente dos demais praticantes da arte de cura, era visto como “uma verdadeira personalidade do momento” por ter realizado diversas curas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais com “a simples imposição de suas mãos” sobre os enfermos. Para termos uma dimensão do quanto à retórica ao professor Faustino destoava da retórica utilizada aos outros praticantes de curas tradicionais, transcrevemos na íntegra a nota do jornal.

Como disse um colega do sul, exercita em proveito da humanidade sofredora, que a ele recorre, arredando todos os preconceitos, um dom ingênito com que bem fadou a natureza – único entre 20 milhões.

A sua popularidade, guerreada a todo transe, cresce, entretanto, como um volume de rio numa maré de enchente; mas ao contrário deste, não está sujeita ao fenômeno do decrescimento.

Seu nome, soprado pela tuba canora da Fama, chega a todos os lares onde há gemidos de dor; a sua humilde habitação de trabalhador, onde chega, é pequena para conter a onda humana, esfervilhante e rumorosa que o procura para pedir-lhe o alívio de seus males.

Não são às dezenas, nem às centenas as pessoas que o procuram, são aos milhares e bem se pode dizer que nem se tem arrependido.

Os jornais cariocas, bem como os de S. Paulo e da Bahia guardam nas suas colunas os atestados das curas maravilhosas que ele tem operado, sem auxílio de drogas e instrumentos cirúrgicos, com a única imposição misteriosa das falanges das mãos.

O professor Faustino cura por uma influência que o povo experimenta e afirma, e que ele mesmo ignora, supondo em sua crença que se trata de um fenômeno propriamente teosófico, isto é, de uma manifestação divina que se torna útil por seu intermédio.

É um iluminado que, ignorando a medicina, levanta, entretanto, os lázaros, transfunde vida aos moribundos.

Não exerce, portanto, a medicina ilegalmente, porque não cura por nenhum dos seus ramos.

Gritam uns que é charlatão, outros que é um torpe explorador da incredulidade pública, mas a verdade é que, sob o poder extraordinário das suas mãos, tem feito curas espantosas de moléstias que todos os médicos julgavam irremediáveis.

Ele não precisa do auxílio de nenhuma medicina, sua força reside no poder mágico e extraordinária de seu *ego*, e onde quer que haja um sofrimento a debelar, o poder que dispõe se exerce em benefício desse sofrimento, que ele aniquila num momento com meia dúzia dos seus famosos *passes fluídico*.

Que poder é esse? Ele mesmo, como se disse, o ignora e não procura, por subterfúgio inútil, investigá-lo, desde que seu fim é pura e exclusivamente restituir saúde a quem a tem perdido e isto consegue (FOLHA DO NORTE, 1904 apud RODRIGUES, 2008, p. 66-67).

Outro caso que vai à contra mão dos discursos que buscam desqualificar a atuação de pajés e curandeiros é apresentado no jornal “O Comercial”. Este traz a tona o caso do Juiz da Câmara Criminal, Viveiros de Castro, que recusou a denúncia do promotor público, Sampaio Viana, sobre o caso do curandeiro Alexandre da Cunha, justificando que sua decisão, prevista na Constituição Política da República, garantia “o livre exercício de todas as profissões independente de prévia prova, de capacidade, de exibição do diploma científico”. (O COMERCIAL, 1900, p. 02)

Justificava em seu argumento que o único crime que Alexandre da Cunha praticou foi ser curandeiro, alegava inclusive ser “inútil todo e qualquer procedimento judiciário contra os curandeiros”. O Juiz Viveiros de Castro entende que da mesma forma que procuramos aquele amigo mais próximo para desabafar e pedir conselhos, assim também deveria ser em relação aos cuidados com a saúde, deveríamos nos tratar com quem mais confiança inspirar, “seja doutor em medicina, um simples prático, um curandeiro” (O COMERCIAL, 1900, p. 02).

Os profissionais diplomados, com o discurso de “acautelar a saúde pública”, buscavam inibir o exercício de práticas tradicionais de cura contra aquilo que eles chamavam “ignorância dos charlatões”. Para isso, sugeriam a criação de mecanismos que exigissem o diploma científico para exercer atividades ligadas ao campo da saúde, alegando que profissionais diplomados eram “homens de muito saber”, enquanto que os que estavam fora dessa ordem seriam “sempre ignorantes”, como os “curandeiros” e os práticos.

Contra essa liberdade revoltam-se os interesses feridos, o medo da concorrência, e sob o pretexto de acautelar a saúde pública contra a ignorância dos charlatões, defendem o monopólio dos diplomas científicos. [...] A perseguição aos curandeiros repousa sob um duplo conceito, serem eles, sempre ignorantes e serem os profissionais diplomados sempre homens de muito saber. (O COMERCIAL, 1900, p.02)

Utilizar a retórica de que todo curandeiro é “ignorante”, pode ser compreendida como uma estratégia de desqualificação do sujeito, portador de um conhecimento empírico sem bases científicas. Um saber sujeitado e desqualificado como um saber não conceitual, insuficientemente elaborado, hierarquicamente inferior, “abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos”. O

“verdadeiro” saber seria, portanto, aquele adquirido nas academias e validados a partir de um diploma. (FOUCAULT, 2010, p. 08)

2.4 Curas Milagrosas e Medicamentos Eficazes

A circulação de propaganda de medicamentos nos jornais, no início do século XX, também era comum no Pará. Títulos mirabolantes como: cura milagrosa, medicamento eficaz, curas maravilhosas eram apenas algumas das expressivas chamadas que buscavam atrair a atenção dos leitores para a eficácia dos seus preparados. Além dos anúncios, havia também os depoimentos dos supostos curados atestando a veracidade e eficácia do medicamento utilizado.

De fato a circulação de propagandas e depoimentos a respeito do uso de determinado medicamento ocupava boa parte das publicações diárias dos jornais que circulavam na região. Rodrigues aponta que “na virada do século XIX para o século XX, remédios ditos de eficácia certa e curas fantásticas pululavam na imprensa”. Segundo ele, não era raro o “milagroso e científico dividirem os mesmos espaços nas colunas dos diários, assim como eram adjetivos empregados para atribuir credibilidade a um único produto” (RODRIGUES, 2008, p. 55).

Nas propagandas que circulavam o discurso de curas milagrosas, geralmente agregava-se o testemunho dos supostos curados. Nesses anúncios, era comum o agradecimento ao fabricante do produto e a exaltação das qualidades, eficiência e maravilhas proporcionadas pelo uso de determinado medicamento. O jornal A República de janeiro de 1890, por exemplo, apresentava o testemunho do senhor João Marques de Oliveira Brito, fazendeiro em Marajó no município de Chaves que agradecia ao senhor Beirão pelos benefícios que obteve com o uso do “poderoso licor de Café Beirão” João Marques ressalta que da sua experiência e dos estudos feitos com “remédios aconselhados pelos homens da ciência” só o licor de Café Beirão apresentou “magníficos resultados”.

Figura 5 – Depoimento do Sr. João Marques de Oliveira Brito sobre os benefícios do Café Beirão

Licôr de Café Beirão

ILLM. SR. MARCIANO BEIRÃO.

E' com o maior prazer que faço a vós a presente declaração, para que no interesse do publico a transmittaes pelos meios que entendedes.

Sou creador e fazendeiro em Marajó, rio Ganhoão, districto e municipio da villa de Chaves, e por aqui têm grassado as febres de máo caracter: biliosas, remittentes e typhicas.

Do estudo e experiencia que tenho feito de diversos remedios aconselhados pelos homens da sciencia, sómente o Licôr de Café Beirão me deu magníficos resultados, mesmo nas pessoas de avançada idade.

Na Ilha Caviana, proximo da cidade de Macapá, onde também sou fazendeiro, o seu miraculoso Café Beirão nunca falhou nas pessoas atacadas do terrivel flagello—as sezões.

Em meu nome, no das pessoas de minha familia e de outras, que se achã radicalmente curadas, dou-vós os agradecimentos pelos benefícios que colhi com o seu poderoso Licôr de Café Beirão.

Tenho a honra de ser de vós, attencioso criado obrigado,

João Marques de Oliveira Brito. 1—90
Fazenda Nazareth, 14 de outubro de 1890.

Fonte: Jornal A República, 1890, Ed 19, p 02

Nesta mesma edição, Ernesto J. de Lima Sosinho, também declara seus agradecimentos pela cura obtida com o uso do Café Beirão. Declara que após usar o medicamento nas duas filhas e obter bons resultados, comprou mais seis vidros e encaminhou a familiares residentes em Igarapé-Miri. Tendo o uso do Café Beirão restabelecido a saúde de seus familiares, Ernesto declara que o “Licor de Café Beirão é um seguro remédio para curar as sezões antigas complicadas de inflamação e anemia”.

Figura 6 – Depoimento de Ernesto J. de Lima Sobrinho sobre o uso do Café Beirão

A bem dos que padecem de febres

Declaro eu abaixo assignado, a bem dos que padecerem de sezões, que dei a duas minhas filhas o licôr de Café Beirão, com o qual ficaram curadas das sezões.

Satisfeito com as curas que obtive com este poderoso remedio, comprei mais seis vidros que mandei a uma pessoa de minha familia, residente na bocca do Pindobal (Igarapé-miry) que tinha a sua familia prostrada de febres, e tendo-se me dado os agradecimentos da minha feliz lembrança que a todos restabeleceu, tenho hoje a certeza que o Licôr de Café Beirão é um seguro remedio para curar as sezões antigas complicadas de inflammação e anemia, o qual deve ser conhecido de todos os que soffrem de sezões.

Pará, 10 de março de 1890.

Ernesto J. de Lima Sosinho.

(Segue o reconhecimento do tabellião). 1—90

Fonte: Jornal A República, 1890, Ed 19, p 02

Em um ouro jornal, o anúncio da Emulsão Scott de óleo de Fígado de Bacalhau a apresentava como reconstituente e favorita dos médicos por servir, tanto de remédio como também de alimento. Recomendada como preventivo das moléstias do corpo, a Emulsão Scott, segundo o anúncio, fortalece o corpo e purifica o sangue. Produzida pelos químicos Scott e Bownw, a propaganda tinha como chamada o título “mais vale prevenir”.

Mais vale prevenir...

Quando temos que remediar basta lançar mão da Emulsão de Scott de Óleo de Fígado de Bacalhau com hypophosphitos de Cal e Soda, que há perto de três décadas está em uso com os mais satisfatórios resultados em todos os casos indicados pela sua composição. Como reconstituente é a preparação favorita dos médicos. Serve de remédio e alimento ao mesmo tempo e no arsenal terapêutico difícil será encontrar arma de eficácia semelhante que combata tantas enfermidades.

Quanto a prevenir: - Quantas vidas não tem salvo a Emulsão Scott! Quantas mais não teria salvo se se applicasse a tempos nos casos de moléstias debilitantes! A Emulsão Scott fortalece o corpo, purifica o sangue e é excelente tônico para os nervos. Corpos sem força para resistir à doença

são preás fáceis de moléstias e muitas vezes vítimas fatais. A Emulsão Scott é um grande preventivo. (O PARÁ, 1900, p. 4)

Para Figueiredo não era exagero afirmar que os jornais atuavam como mediadores de certo “diálogo cultural”, onde a “retórica científica da época” por vezes era “reelaborada e reconstruída dentro de sua própria lógica” com a finalidade de ganhar o status científico. Nesse diálogo cultural a ciência dos profissionais da saúde “estava lado a lado, por várias vezes imbricadas, com a “ciência do pajé””. (FIGUEIREDO, 2003, p. 282).

Pelo que foi apresentado, as políticas de higiene e saneamento iniciadas no final do século XIX, tiveram entre seus objetivos alterar a imagem da cidade para torná-la civilizada. Entre essas políticas, as reformas ocorridas no Serviço Sanitário do Estado ganharam destaque. No que concerne a Diretoria do Serviço Sanitário, novas atribuições lhe foram conferidas, os serviços foram distribuídos em seções técnicas, laboratórios foram criados e equipados com os mais modernos equipamentos, entre outras coisas. Foram criados hospitais de isolamentos com o intuito de afastar do centro da cidade a população acometida de doenças epidêmicas. Tais políticas terão ressonância no diálogo entre as práticas tradicionais e modernas de cura, veiculado nas páginas dos jornais que tinham entre seus interesses desqualificar aqueles que não estavam legitimamente habilitados.

Toda essa trama envolta nas políticas de higiene e saneamento implantadas pelo estado nesse período, com a reestruturação do Serviço Sanitário, a criação e equiparação de laboratórios de química, bacteriologia, farmacologia e, inclusive de uma Farmácia do Estado dão condições de possibilidade para a implantação da Escola de Pharmácia do Pará.

CAPITULO III

A INTRODUÇÃO DO ENSINO CIENTÍFICO NO ENSINO SUPERIOR PARAENSE ESCOLA DE PHARMÁCIA DO PARÁ (1904-1914)

A Escola de Pharmácia do Pará foi criada em 1904, representando um fato notório na capital paraense, principalmente no meio da elite ilustrada, por ser a segunda instituição de ensino superior do Pará, sendo que a primeira foi a Faculdade de Direito, criada em 1902. Ela inaugurou uma nova fase no ensino paraense, também por ser a primeira instituição na área da saúde. Após sua criação foi fundada em 1914, a Escola Livre de Odontologia e em 1919, a Faculdade de Medicina.

Sua criação motivou o governador Augusto Montenegro a pronunciar, em mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará, num tom de expectativa, que a Escola de Pharmácia viria “preencher uma lacuna do nosso ensino e ao mesmo tempo prestar um serviço relevantíssimo a saúde pública” (MONTENEGRO, 1904, p. 55¹⁴).

Augusto Montenegro nasceu em Belém do Pará, em 26 de Junho de 1867. Frequentou o seminário, seguindo para Recife onde findou os estudos preparatórios, em 1882, e matriculou-se na Faculdade de Direito de Pernambuco, concluindo o curso de Ciências Jurídicas e Sociais em novembro de 1886. Atuou como Juiz Municipal na comarca de Taquary, Rio Grande do Sul, em 1887. Retornou ao Pará em 1889, como promotor público da capital. Na vida política, foi eleito deputado federal em 1892 e reeleito nas legislaturas seguintes até o ano de 1900, quando, então, foi eleito governador do Estado¹⁵.

A Escola de Pharmácia do Pará foi criada no final da Belle Époque, período em que os ideais de modernização e progresso atrelavam a imagem da cidade a uma urbanização inspirada nos padrões europeus. Isso implicava mudanças radicais nos hábitos e costumes da população na região por meio de um “controle e

¹⁴ Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará, em 07 de setembro de 1904.

¹⁵ Dados retirados do livro de MATTOSO, Ernesto. O Dr. Augusto Montenegro: sua obra e seu governo. Paris: Tony Dussieux, Editeur, 1907, p. 07.

vigilância constante”, disciplinando e educando a população¹⁶. Nesse contexto, o espaço da educação científica passou a se ampliar.

Antes desse período, conforme Barros (2016) o registro mais antigo encontrado sobre a presença das Ciências no currículo de escolas na Província, foi observado no Liceu Paraense, atualmente Colégio Estadual Paes de Carvalho, com a inclusão, em 1851, da cadeira com a inclusão da cadeira *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais da Botânica*¹⁷. Esta instituição foi criada em 1841, com o objetivo de proporcionar o ensino secundário.

Em 1866, início da Belle-Époque, foi criada a Associação Filomática, que tinha entre as principais finalidades de seus idealizadores, a criação de um Museu de História Natural e Ethnographia, com o objetivo de “estudar os objetos da natureza” e, além disso, promover uma instrução popular por meio de “lições de Geografia, Hidrografia, Etnografia, História do Brasil e História Natural”. (MACHADO, 2010, p. 13). O Museu foi criado em 1871, embora os historiadores¹⁸ tenham dado mais ênfase a esta instituição pelas atividades de pesquisa, as atividades de ensino também foram propostas por seus dirigentes (CRISPINO, 2006; SANJAD, 2005).

O ensino da História Natural, por meio do método “Lição de Coisas” passou a se integrar às diretrizes do Museu Paraense a partir de 1890, quando ocorreu uma reforma idealizada pelo diretor da Instrução Pública José Veríssimo. Este entendia que o Museu, mesmo não sendo uma escola formal, cumpriria o papel de promover a educação baseada no Método Lição de Coisas, que estava intimamente ligada às ideias educacionais conformadas pela racionalidade científica. Assim, entendia-se que a aprendizagem deveria ocorrer pela observação direta dos objetos ali expostos, de modo sistemático e classificados de forma rigorosa conforme os parâmetros da História Natural. (MACHADO, 2010, p. 44)

É válido ressaltar que o Método Lição de Coisas, conhecido também como Método Intuitivo, generalizou-se na segunda metade do século XIX como “o mais adequado à instrução das classes populares” constituindo-se também como um dos

¹⁶ Para saber mais sobre as mudanças provocadas na capital paraense durante o final do século XIX e o início do século XX, ver Sarges (2002), Daou (2004) e Alves (1997).

¹⁷ O Colégio Liceu Paraense foi criado em 1841, entretanto foi somente na segunda metade do século XIX, ou seja, em 1851 que esta instituição inseriu as ciências em seu currículo.

¹⁸ Análises do Museu Paraense de História Natural e Etnografia como uma instituição científica podem ser vistas em Sanjad, 2005 e Crispino, 2006.

“métodos mais gerais e de maior interesse a todos os graus do ensino primário”. Esse método desembarcou no Brasil “como um saber pedagógico em circulação”, caracterizando-se como um “dos principais elementos da renovação educacional” (SCHELBAUER, 2005, p. 132-136).

Ainda no início da Belle-Époque, em 1870 a educação científica estava presente, por meio da disciplina “*Rudimentos de Física e Química*”, no currículo do recém-criado Instituto de Educandos Paraenses, que tinha o objetivo de promover tanto instrução primária quanto profissional, para rapazes “órfãos desvalidos e jovens menos favorecidos de fortuna” (PARÁ, 1870, p. 171) ¹⁹. Em 1899, a Física e a Química, associadas a técnicas agrícolas modernas, passaram a ser ensinadas no Curso Regente Agrícola, do Instituto Lauro Sodré, que sucedeu o Instituto de Educandos e Artífices na educação profissionalizante (SANTOS, 2014, p. 26).

Em 1870, também foi previsto por lei²⁰ o ensino da disciplina “*Noções Rudimentares de Ciências Físicas e Naturais*”, para o ensino primário, promovido de modo avulso, por professores particulares ou custeados pelo governo, com o aval da diretoria de Instrução Pública e que ocorria em casas, comumente privadas, sendo, muitas delas, dos próprios docentes.

No ano seguinte, em 1871 foi criada a Escola Normal do Pará, com o objetivo de formar professores para atuar no ensino primário. As Ciências se fizeram presente por meio da cadeira *Noções de Física, Química e Agricultura*, no primeiro currículo desta instituição. Barros (2016, p. 81) aponta que em 1874 elas foram retiradas do currículo normal, retornando em 1890, com a inserção de mais duas cadeiras: *Biologia Vegetal e Animal; Fisiologia Humana, Higiene, Higiene Escolar e Noções de Ciências Naturais*.

A Educação Científica foi introduzida nas escolas por meio de governos que eram dirigidos por ilustrados que, pelo menos em parte, “assimilaram e difundiram ideias científicas” (BARROS Et al, 2011, p 1). Um exemplo foi Lauro Sodré, que governou o Pará de 1891 a 1897 e depois de 1917 a 1920. Ele tinha formação em

¹⁹ O Instituto de Educandos Paraenses foi criado por meio da Lei 660 de 1870. Em 1872, se tornou Instituto de Educandos e Artífices do Pará e, posteriormente, foi transformado no Instituto Lauro Sodré.

²⁰ Isto ocorreu com a reforma promulgada pela Lei 664, de que dividiu o ensino primário em duas instâncias, sendo um denominado de Ensino Primário Inferior e ou outro de Ensino Primário Superior, onde a disciplina científica mencionada faria parte somente do segundo ramo.

Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Central, do Rio de Janeiro, onde recebeu influências do Positivismo, que propagava a ideia pela qual as instituições deveriam ser chefiadas por “homens de grande conhecimento científico”, tal como Emílio Goeldi, que foi contratado para chefiar o Museu Paraense. Sodré entendia que ações como esta, contribuiriam para que a sociedade alcançasse o “estágio positivo”, regido pela “ordem científica”(ALVES, 2005, p. 73).

Como observamos anteriormente, na segunda metade do século XIX, as ciências passaram a ser ensinadas em diversas escolas, sob a influência de sujeitos ilustrados, que assimilaram e difundiram o ideário cientificista. Resta saber se a partir do início do século XX, a Escola de Pharmácia do Pará, criada em 1904, objeto de estudo dessa pesquisa, deu continuidade a esse ideário.

3.1 Escola de Pharmácia do Pará

De acordo com a Lei de 1903²¹ que autorizava a criação da Escola de Pharmácia do Pará, esta deveria funcionar nas dependências da Diretoria do Serviço Sanitário, que se situava nesse momento no Palácio do Governo, atualmente Museu Histórico do Pará. Estabelecia que a escola devesse fazer uso dos laboratórios de química e farmacologia, pertencentes a esta repartição, para as aulas prática dessas disciplinas. Essa lei também determinava que o quadro docente e administrativo fosse composto por inspetores do serviço sanitário.

O governo do estado, usando da autorização que lhe conferiu esta lei, decretou em 1904 que ficaria criado “nesta capital uma escola de pharmácia, que se denominará Escola de Pharmácia do Pará”. Este decreto²² regulamentou a criação desta escola e previu que fosse criada uma congregação, formada pelos docentes da escola. Estes teriam a responsabilidade de tomar decisões cabíveis ao bem do ensino, que correspondiam, além da aprovação dos programas de ensino, à emissão de propostas ao governo para “melhorar a organização científica da escola ou aperfeiçoar os métodos de ensino” (DECRETO, 1904, p.01).

²¹ A Lei número 874, de 23 de outubro de 1903, autoriza o governo do Estado a criar uma escola de Pharmácia.

²² O Decreto número 1274 de 1 de fevereiro d 1904, cria e regulamenta a Escola de Pharmácia do Pará .

Como citado anteriormente, a Escola de Pharmácia do Pará seria instalada nas dependências do Serviço Sanitário do Estado, que funcionava em uma das salas no do Palácio do Governo, atualmente Museu histórico do Pará, conforme mostra imagem abaixo.

Figura 7 - Palácio do Governo, local onde funcionava a Diretoria do Serviço Sanitário e onde foi Instalada a Escola de Pharmácia do Pará.



Fonte: Álbum do Pará, 1908.

A Escola de Pharmácia do Pará foi à quarta escola desse gênero a ser criada no Brasil. Antes já existiam a Escola de Ouro Preto, criada em 1839, a de São Paulo em 1896 e a de Porto Alegre em 1897. Estas são consideradas as primeiras escolas de pharmácia a serem criadas de modo independente e desvinculadas das escolas de medicina²³.

²³ O ensino da pharmácia no Brasil teve sua origem, inicialmente, vinculado as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, únicas faculdades de medicina do império.

A Escola de Pharmácia de Ouro Preto²⁴, criada em 1839, tem sido considerada, “a mais antiga escola de Pharmácia do Brasil e da América do Sul”. O curso nesta escola era promovido em dois anos. Ao longo desse período, os alunos eram obrigados a exercer atividades práticas em uma das farmácias da cidade, que ao final deveriam emitir um atestado de habilitação, “indispensável à prestação do exame final do curso”. (ESCOLA DE FARMÁCIA DE OURO PRETO).

Com a Promulgação da Constituição de 1891, a criação de escolas de nível superior pelos Estados foi facilitada. Edler aponta que esta Constituição previa propostas de descentralização do sistema educacional, dando aos Estados permissão para organizar seus sistemas escolares de modo a proporcionar, o surgimento de escolas de nível superior na área da saúde. Entretanto, a falta de recursos impedia que escolas de medicina fossem implantadas. Isso explicaria, em alguns pontos, a escolha por escolas “menos dispendiosas”, como as de farmácia e odontologia que, posteriormente dariam origem a escolas de medicina. (EDLER, 2006, p. 67).

A segunda escola a ser criada no Brasil foi a Escola de São Paulo em 1896, ou seja, após a promulgação da Constituição de 1891. Esta escola surgiu por iniciativa do médico Bráulio Joaquim Gomes, que também contou com o apoio da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e da Revista Médica de São Paulo. Entre os principais objetivos da nova instituição estava a “diplomação das senhoras”. O curso ficou instituído em “quatro séries de estudos, conferindo o título de farmacêutico ao fim da terceira série, e o de bacharel após o exame da quarta série”. (ESCOLA LIVRE DE FARMÁCIA DE SÃO PAULO)

A Escola de Porto Alegre foi à terceira escola a ser criada. Fundada em 1897, denominou-se *Escola Livre de Farmácia e Química Industrial de Porto Alegre*. Ainda em 1897, foi criado um curso de Partos nas dependências da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Em 1898 ocorreu a fusão desses dois cursos e a denominação da escola passou a ser Faculdade de Medicina e Pharmácia de Porto

²⁴ Durante o século XIX o curso foi ampliado para três anos, assim como o número de cadeiras ministradas. Em 1892 novas reformulações ampliam a duração do curso para quatro anos, sendo que ao finalizar o 4º ano do curso o aluno receberia o título de Bacharel em Ciências Naturais e Farmacêuticas. Entretanto, com a reforma Epitácio Pessoa que ocorreu em 1901 e a crise financeira vivenciada pelo Estado mineiro, alguns serviços foram suprimidos ou restringidos. Isso provocou a redução do curso, que novamente passou a ser ministrado em dois anos e o número de disciplinas no currículo também foi reduzido.

Alegre, constituída pelos cursos de medicina, pharmácia, odontologia, obstetrícia e química industrial.

Quarta escola a ser criada no Brasil, a Escola de Pharmácia do Pará foi fundada em 1904, iniciando seu funcionamento em abril deste mesmo ano. O governo estadual solicitou ao governo federal a equiparação dela aos outros estabelecimentos oficiais congêneres, circunstância que daria validação nacional ao diploma expedido pela Escola de Pharmácia do Pará. Essa equiparação demorou em torno de quatro meses para ocorrer, ou seja, foi concedida em agosto de 1904²⁵.

As ciências, Física, Química e História Natural, eram exigidas como pré-requisito para ingresso na escola. Também eram exigidos exames de aritmética, álgebra e geometria plana, Português e Francês. Exames preparatórios realizados em países estrangeiros também poderiam ser aceitos após avaliação do governo e da congregação.

Aos alunos que não apresentassem os exames preparatórios para efetivação da matrícula era facultado o direito de frequentarem os cursos da escola, como “alunos ouvintes”. A escola iniciou suas atividades com 39 alunos, dos quais 13 estavam na condição de matriculados, enquanto que os outros 26 iniciaram o curso como ouvinte. Às mulheres também era permitido o direito de se matricularem no curso, mas suas aulas seriam ministradas em lugar distinto dos homens.

Afirmamos anteriormente que as ciências estavam presentes nos exames exigidos para o ingresso na Escola de Pharmácia do Pará. Estariam as ciências também presentes no currículo desta escola?

3.2 Ciência no currículo da Escola de Pharmácia do Pará

As ciências História Natural e a Química estavam presentes em três das quatro disciplinas do curso de pharmácia, conforme o decreto²⁶ de sua criação. A primeira fazia parte da disciplina chamada História Natural Médica. A segunda fazia

²⁵ A equiparação da Escola de Pharmácia do Pará aconteceu conforme o Decreto nº 5294, de 29 de agosto de 1904, expedido pelo Governo da República.

²⁶ O Decreto nº 1.274 de 1 de Fevereiro de 1904, autoriza e regulamenta a criação da Escola de Pharmácia do Pará.

parte das disciplinas Química Médica e Pharmacologia (pharmácia química e pharmácia prática). Assim, a química era a ciência que mais ocupava espaço no currículo da escola. Essas disciplinas eram regidas pelo químico Giuseppe Matina (Química Médica) e pelos médicos Francisco da Silva Miranda (História Natural Médica) e Pedro Juvenal Cordeiro (Pharmacologia).

Tabela 01 - Organização do currículo da Escola de Pharmácia do Pará de acordo com o decreto n. 1274 de 01 de Fevereiro de 1904.

1º Ano	2º Ano
Química Médica	Química Médica
História Natural Médica	Pharmacologia (pharmácia química e pharmácia prática)
Matéria Médica e Pharmacologia (pharmácia prática)	

Fonte: PARÁ, Decreto 1274, 01 de fevereiro de 1904.

As aulas da Escola de Pharmácia do Pará, que funcionavam na Diretoria do Serviço Sanitário, contavam com os laboratórios de química e farmacologia desta instituição que, enaltecidos pelo governador Augusto Montenegro, estariam devidamente aparelhados.

Acha-se a escola instalada em uma excelente sala da Diretoria do Serviço Sanitário e dispõe também de vasto compartimento devidamente aparelhado para aula prática de física e química. Além disso, no excelente laboratório farmacêutico da mesma Diretoria encontram os alunos elementos precisos para aula de farmacologia prática (MONTENEGRO, 1904, p 54-55).

Para o funcionamento dessas aulas, o Governador Augusto Montenegro afirmou ter realizados reformas estruturais no Palácio do Governo, especialmente nas instalações da Diretoria do Serviço Sanitário. Assim, designou um espaço para a instalação de dois laboratórios para o ensino da química, sendo um de Química

Inorgânica e outro de Química Orgânica. O governador procurava mostrar que ele não media esforços para promover o funcionamento da escola, que seria indispensável para o “progresso da ciência”.

Quanto às aulas práticas aquelas disciplinas, era necessário dar-lhe o maior desenvolvimento possível, de acordo com os progressos da ciência.

A farmacologia já tinha o seu laboratório bem montado, pois contava com a Farmácia do Estado, que está a cargo daquela repartição.

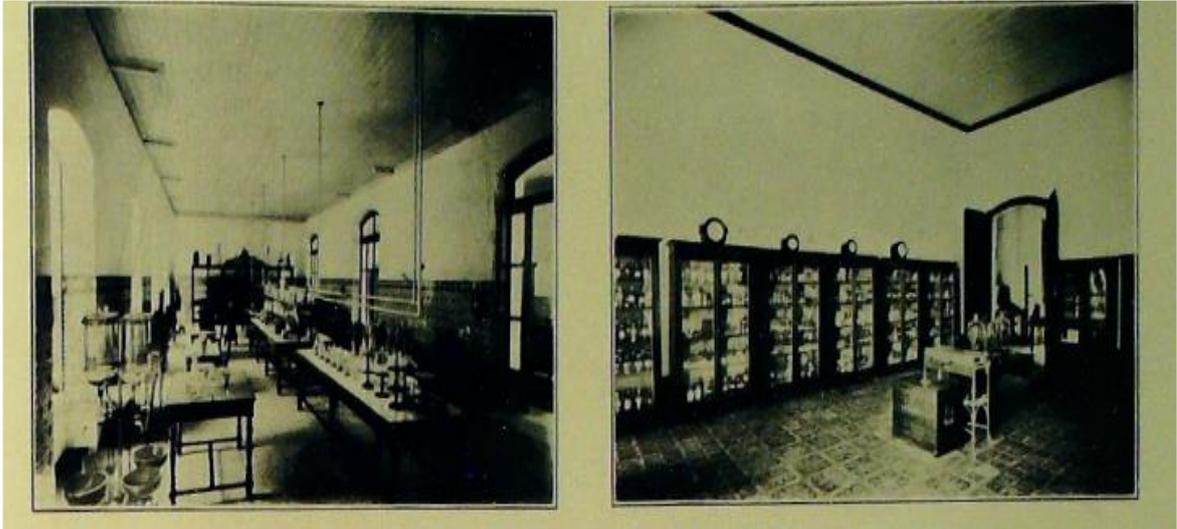
Para as aulas práticas de química inorgânica e orgânica mandei aproveitar a parte central do terraço posterior do Palácio, que a nenhum serviço era aplicada, instalando ao lado esquerdo o Laboratório de química inorgânica e ao lado direito o de Química orgânica (MONTENEGRO, 1904, P. 84-85).

Augusto Montenegro afirmou, ainda, que as obras do laboratório de química orgânica foram adiadas, para serem realizadas durante as férias, entre um período letivo e outro, uma vez que o estudo desse ramo específico da química ocorreria no segundo ano de curso:

[...] como a química orgânica só será estudada no 2º ano do curso da Escola, deixei de mandar fazer os trabalhos de que precisa esse laboratório, para os efetuar por ocasião das férias (MONTENEGRO, 1904, P. 84-85).

O funcionamento da Escola de Farmácia do Pará chamou a atenção de dois naturalistas, que passaram por Belém em 1904. Eram eles Godinho e Lindenberg, que escreveram suas impressões num livro intitulado: “Norte do Brasil: através do Amazonas, do Pará e do Maranhão”. Afirmaram que a criação da Escola apontava a “simpatia do governo pelas coisas da medicina”. Entretanto, criticaram o fato das aulas serem ministradas por inspetores do serviço sanitário, quando, para eles, deveriam ser ministradas por profissionais especializados. Em relação ao espaço físico utilizado pela escola, exaltaram ser uma satisfação à parte o uso dos laboratórios de química e a “prática ou manipulação na farmácia da Repartição de Higiene”. (LINDENBERG E GODINHO, 2011, p. 98).

Figura 8 - Laboratório de análises químicas do Estado, utilizado para as aulas práticas da Escola de Pharmácia do Pará.



Fonte: Álbum do Pará, 1908, p. 323.

Em 1911, com a Reforma Educacional Rivadávia Correa²⁷, novas diretrizes foram ditadas para o ensino superior na República. Conforme as exigências expressas nesta Reforma, o Governo Federal decretou autonomia didática e administrativa aos estabelecimentos de ensino, acabando com os privilégios das equiparações que antes eram modeladas conforme o regimento da União.

Essas alterações provocaram mudanças significativas na estrutura do curso da Escola de Pharmácia do Pará. Este que antes era ministrado em dois anos foi ampliado para três. A quantidade de docentes que era de três passou para cinco, “que deveriam ser escolhidos entre os médicos do serviço sanitário”²⁸. A História Natural e Química continuaram presentes no currículo de 1911 como representantes das ciências, também foram acrescentadas a Física e a Microbiologia.

A Química, que antes era representada pela disciplina Química Médica, passou a constar em três disciplinas, Química Mineral e Orgânica, Química Analítica e Química Industrial. O número de disciplinas que antes era quatro passou a ser

²⁷ O Decreto n. 8.659 de 5 de abril de 1911, que aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República, ficou conhecido historicamente como Reforma Rivadávia Correa.

²⁸ Mensagem de João Coelho a Câmara Legislativa do Pará, 1912, p. 29.

dez, sendo que seis são do campo científico, conforme pode ser visto na tabela abaixo.²⁹

Tabela 02 - Currículo da Escola de Pharmácia do Pará em 1911

1ª série	2ª série	3ª série
Química Mineral e Orgânica	Química analítica	Química Industrial
História Natural Médica	Higiene	Microbiologia
Física	Pharmácia (primeira parte)	Pharmacologia (segunda parte)
	Bromatologia	Toxicologia

Fonte: Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, em 07, de Setembro, de 1911.

Essas alterações eram vistas como radicais por João Coelho,

No que toca ao ensino do curso de pharmácia, foram radicais as alterações. O ensino, que era antigamente ministrado em dois anos escolares e compreendia somente as cadeiras de História natural médica, matéria médica e pharmacologia, - foi alargado para três séries, constituído pelas seguintes disciplinas: física, higiene, microbiologia, história natural médica, química mineral e orgânica, química analítica, química industrial, toxicologia, farmacologia e bromatologia (COELHO, 1912, p. 29).

Convêm ressaltar que a Higiene e a Microbiologia, intrinsecamente ligadas a Oswaldo Cruz, eram ramos do conhecimento considerados pelos que as praticavam,

²⁹ A Bromatologia, disciplina que também passa a incorporar o currículo de 1911, estava relacionada às “alterações e falsificação de medicamentos e alimentos” (COELHO, 1911, p. xx).

como saberes que tornariam a medicina científica³⁰. Além disso, no momento de introdução da Higiene no curso de Pharmácia, o Estado do Pará vivenciava uma intensa campanha de combate à febre amarela, liderada por Oswaldo Cruz, que havia sido convidado pelo governador, João Coelho, condutor da reformulação do currículo da Escola de Pharmácia.

João Coelho também sugeria que fosse criado, anexo a Escola de Pharmácia, um curso de moléstias tropicais alegando que as dificuldades presentes na região amazônica, tanto de condições naturais como da falta de profissionais especializados nas cidades mais afastadas da capital, clamavam por um ensino que pudesse proporcionar um conhecimento prático das moléstias que mais atingem a região.

Se olhardes com paciente atenção para as nossas condições mesológicas e sociais, vereis o papel de alta importância, no domínio da saúde pública e da profilaxia, que resultaria da criação de um pequeno Curso de moléstias tropicais, anexo a Escola de Farmácia. As epidemias frequentes do paludismo que avassalam as regiões do Estado, as dificuldades de comunicações (naturais em tão vasto território) e a ausência de profissionais nas cidades do interior - estão a reclamar a criação de uma escola, que, sem longos anos de aprendizado, faculte o conhecimento prático da terapêutica das moléstias mais frequentes entre nós. (COELHO, 1912, pág. 30)

Em 1914 o currículo da Escola de Pharmácia do Pará passou por novas alterações nas especificidades científicas. A História Natural foi retirada. A Física, a Química e a Microbiologia permaneceram nesse currículo e a Biologia foi acrescentada.

As disciplinas científicas ampliaram, sobretudo pelo desdobramento das disciplinas penetradas pela Química. A cadeira constituída pela Química Mineral e Orgânica foi desmembrada em duas, denominadas Química Mineral e Química Orgânica. Bromatologia e Toxicologia que antes constituíam o currículo como disciplinas autônomas, foram unificadas e também deram destaque para a química, pois esta passa a compor seu título, intitulada, Química Bromatológica e Toxicológica.

³⁰ Referência Alves, 1997, p 188.

Tabela 03 - Currículo da Escola de Pharmácia do Pará em 1914

1º ano	2º ano	3º ano
Física	Pharmacologia (1ª parte)	Pharmacologia (2ª parte)
Química Mineral	Química orgânica	Química industrial
Biologia e Parasitologia	Microbiologia	Matéria Médica
	Química Analítica	Noções de Higiene
		Química Toxicológica e Bromatológica

Fonte: Revista Pará-Médico, 1922.

Pelo que foi dito acima, verificamos que as ciências eram predominantes nos currículos da Escola de Pharmácia do Pará. É interessante observarmos que a História Natural constou nos dois primeiros currículos analisados, mas no terceiro foi excluída e deu lugar a Biologia. A Física e a Microbiologia, que no primeiro currículo não estavam presentes, foram introduzidas no segundo e permaneceram no terceiro. A Química, presente desde o primeiro currículo, não só permaneceu nos demais, como ganhou espaço a cada reformulação, ampliando o número de disciplinas ministradas.

Desse modo a Escola de Pharmácia do Pará deu continuidade ao processo de expansão das ciências que vinha ocorrendo na região amazônica desde a segunda metade do século XIX, por meio do ensino. A Física, Química e História Natural, ciências que vinham sendo introduzidas pelas escolas de ensino secundário e primário na região, com a Escola de Pharmácia, passaram a fazer parte do ensino superior, juntamente com outras ciências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa mostramos que a Escola de Pharmácia do Pará contribuiu para o processo de expansão das ciências na Amazônia, sendo expressiva na introdução do ensino científico na educação superior paraense. Verificamos que o período que antecedeu a criação desta escola foi condicionante para a sua instalação, proporcionando condições de possibilidade para isso.

Verificamos que a Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará, criada em 1897 a partir da iniciativa de médicos e farmacêuticos, tinha propósitos científicos e buscou debater e difundir questões desse campo, especialmente as que estavam ligadas ao campo da saúde, tendo como efeito a criação da Revista Pará-Médico como um mecanismo de difusão de suas ideias e aproximação com os pares.

Questões que estavam em circulação na época, especialmente ligadas ao campo das ciências médicas, como os projetos relacionados ao serviço sanitário do estado, também eram de interesse da Sociedade Médico-Pharmacêutica, que tinha entre seus associados, membros que faziam parte da esfera governamental. Como efeito, verificamos que nas políticas de higiene e saneamento iniciadas também no final do século XIX, com o interesse de alterar a imagem da cidade para torná-la civilizada, as reformas no serviço sanitário tiveram prioridades.

Esse serviço, ao ser reestruturado, atribuiu novas funções aos inspetores sanitários e dividiu os trabalhos por seções técnicas, construiu e equipou os laboratórios de química e farmacologia, assim como também criou mecanismos de fiscalização, como a policia sanitária. Os hospitais de isolamento também foram mecanismos criados para manter a cidade limpa e afastada dos surtos epidêmicos.

Vimos que nos jornais era comum a circulação de matérias que buscavam desqualificar os sujeitos que praticavam terapêuticas tradicionais de cura, como pajés, curandeiros e até mesmo os práticos de farmácia. Anúncios sobre medicamentos comumente utilizados pela população local também circulavam diariamente nas paginas dos jornais, sendo alguns acompanhados de depoimentos dos supostos curados.

Essas análises nos mostraram um ambiente favorável à instalação, na capital paraense, de uma instituição voltada para a formação do profissional farmacêutico. A Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará tinha entre seus projetos a criação de uma escola desse nível, as reformas na Diretoria do Serviço Sanitário, local em que a escola foi instalada inicialmente, implantando e equipando laboratórios de química, farmacologia e bacteriologia, a criação de uma Farmácia do Estado, assim como a presença de personalidades ilustres em diversos campos da sociedade local. Esses mecanismos possibilitavam a implantação de escolas do campo da saúde e desse modo, iniciar um processo de legitimação de um saber médico científico na região.

O ensino superior no Pará iniciou com a Faculdade de Direito, entretanto foi a Escola de Pharmácia do Pará que iniciou o processo de expansão das ciências no ensino superior. Observamos que desde seu primeiro currículo as ciências foram predominantes.

No currículo de 1904, a Química e a História Natural estavam presentes e correspondiam a mais de 50% de aproveitamento do curso, sendo a Química ministrada nos dois períodos do curso.

A partir da Reforma Rivadávia Corrêa, a duração do curso de farmácia ampliou de dois para três anos e o seu currículo contemplado com mais disciplinas científicas. Além da Química e da História Natural, que já faziam parte do currículo, disciplinas como Física e Microbiologia foram acrescentadas, mantendo a predominância de disciplinas do campo científico.

Em 1914, uma nova reformulação provocou alterações no currículo. A História Natural foi retirada do currículo, cedendo espaço para a Biologia e as demais ciências como, Física, Microbiologia e Higiene permaneceram. A Química, outra ciência que se manteve no currículo, teve sua atuação ampliada, passando a compor cinco disciplinas desse novo currículo, Química Mineral, Orgânica, Industrial, Analítica e Bromatológica e Toxicológica.

Observou-se que a Física, a Química e a História Natural, foram disciplinas que já estavam presentes nas escolas de ensino secundário e a partir da criação da Escola de Pharmácia passaram a compor também o currículo da educação superior, juntamente com outras ciências.

Enfim, a criação da Escola de Pharmácia do Pará marcou uma nova fase na educação paraense e, em especial, no ensino superior ao ser à primeira escola, nesse nível de ensino, a ter um currículo composto, predominantemente, por disciplinas do campo científico, reafirmando seu papel de destaque na sociedade paraense, sobretudo, no que se refere à introdução das ciências no ensino superior paraense.

FONTES

Leis e Decretos da União

BRASIL. Decreto nº 5294, de 29 de agosto de 1904. Concede à Escola de Pharmácia do Pará os privilégios e garantias de que gozam as escolas Federais congêneres

BRASIL. Decreto nº 8659, de 5 de abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República.

BRASIL. Decreto nº 8661, de 5 de abril de 1911. Aprova o regulamento das faculdades de medicina.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. ***Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS*** - PNPIC-SUS/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Leis e Decretos do Pará

PARÁ. Decreto nº 1274, de 1 de fevereiro de 1904. Cria uma Escola de Pharmácia do Pará e dá-lhe o respectivo regulamento.

PARÁ. Decreto nº 3093, de 19 de junho de 1914.

PARÁ. Lei nº 1384, de 20 de novembro de 1912.

PARÁ. Lei nº 660, de 31 de outubro de 1870. Cria na capital um Instituto de Educandos Paraenses, pobres e desvalidos de fortuna, e dá providências necessárias a sua execução.

PARÁ. Lei nº 664, de 31 de outubro de 1870. Divide o ensino primário em inferior e superior e dá providências relativas à reforma da instituição primária.

PARÁ. Lei nº 874, d 23 de outubro de 1903. Autoriza a criação de uma escola de pharmácia.

Relatórios e Mensagens

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado, em 15 de abril de 1898, apresentando proposta de

orçamento da receita e despesa para o exercício de 1898-1899. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1898.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado, em 07 de setembro de 1904. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1904.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, em 07 de setembro de 1911. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1911

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho, em 07 de setembro de 1912. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1912.

Jornais

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Domingo, 06 de abril de 1902.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Quinta-feira, 10 de abril de 1902.

A REPÚBLICA. Domingo, 11 de março de 1890.

A REPÚBLICA. Domingo, 12 de março de 1899.

A REPÚBLICA. Sexta-feira, 16 de fevereiro de 1900.

FOLHA DO NORTE. Sábado, 4 de abril de 1896.

O COMERCIAL. Sábado, 4 de fevereiro de 1900.

O PARÁ. Terça-feira, 3 de janeiro de 1900.

Publicações Médicas

PARÁ-MÉDICO, *Órgão da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará*, nº 1, Belém, 1900.

PARÁ-MÉDICO, *Órgão da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará*, nº 2, Belém, 1900.

PARÁ-MÉDICO, *Órgão da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará*, nº 3, Belém, 1901.

PARÁ-MÉDICO, *Órgão da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará*, nº 4, Belém, 1901.

PARÁ-MÉDICO, *Órgão da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará*, nº 5, Belém, 1901.

PARÁ-MÉDICO, *Órgão da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará*, nº 6, Belém, 1901.

PARÁ-MÉDICO, *Órgão da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará*, nº 7, Belém, 1901.

PARÁ-MÉDICO, *Órgão da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará*, nº 8, Belém, 1901.

PARÁ-MÉDICO, *Órgão da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará*, nº 9, Belém, 1901.

PARÁ-MÉDICO, *Órgão da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará*, nº 10, Belém, 1901.

PARÁ-MÉDICO, *Arquivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará*, Vol. II, nº 10, Belém, 1922.

Outras fontes impressas

Álbum do Pará, 1898.

Álbum do Pará, 1908.

Outras fontes online

ESCOLA DE FARMÁCIA DO PARÁ. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 20 de novembro de 2015. Online. Disponível na internet em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escfarpa.htm>.

ESCOLA FARMÁCIA DE OURO PRETO. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 20 de novembro de 2015. Online. Disponível na internet em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escfarop.htm>.

ESCOLA LIVRE DE FARMÁCIA DE SÃO PAULO. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 20 de novembro de 2015. Online. Disponível na internet em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escfarsp.htm>

ESCOLA LIVRE DE FARMÁCIA E QUÍMICA INDUSTRIAL DE PORTO ALEGRE. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930).

Capturado em 20 de novembro de 2015. Online. Disponível na internet em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/esclifarqupa.htm>.

FRANCISCO XAVIER DIAS CARDOSO. Eduardo Brandão (autor). Capturado em 19 de outubro de 2016. Online. Disponível em <http://mosqueirosustentavel.blogspot.com.br/2014/12/francisco-xavier-dias-cardoso.html>

JOSÉ PAES DE CARVALHO. Capturado em 01 de novembro de 2016. Online. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Pais%20de.pdf>.

SARAIVA, Luis Junior Costa. JUNES, Thayana Silva. O Hospital São Sebastião (Asilo das Madalenas): Prostituição, Sífilis e os Dispensários Antivenéreos na Cidade de Belém no início do Século XX. Capturado em 04 de abril de 2017. Online. Disponível em <http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2011/v25n4/a3066.pdf>

A história do “Domingos Freire”; por José Maria de Castro Abreu Júnior. Capturado em 04 de abril de 2017. Online. Disponível em <https://fauufpa.org/2014/09/08/a-historia-do-domingos-freire-por-jose-maria-de-castro-abreu-junior/>

DECRETO Nº 5.294. Capturado em 24 de agosto de 2013. Online. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5294-29-agosto-1904-512648-publicacaooriginal-1-pe.html>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ruy Guilherme de Castro. ***A Física nas Instituições de Ensino do Pará (1904-1961)***. [Dissertação]. Centro de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

ALVES, J. Jerônimo de Alencar. ***“A Ciência Pasteuriana e o Projeto Dominante de Higiene e Modernização na Primeira República***. In DIAS, EL-HANI, SANTANA e FREIRE JR.(orgs). *Perspectivas em Epistemologia e História das Ciências*. Bahia, UFBA/UEFS, 1997.

ALVES, José Jerônimo de Alencar. BARROS, Jônatas Barros e; MACHADO, Jorge. ***Ciência, Tecnologia e Sociedade: da Europa para a Belle-Époque Amazônica***. In CARUSO, Francisco. *Ciência e Tecnologia: Um diálogo Permanente*. São Paulo, Maluhy & Co, 2011.

ALVES, José Jerônimo de Alencar. ***O Cientificismo da França para a Amazônia. O positivismo de Lauro Sodré***. In: José Jerônimo de Alencar Alves (Org). p. 61-76. *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*. 1ª Ed. Belém, Editora Universidade Federal do Pará, 2005.

ALVES, Olga Sofia Fabergé. ***Farmacêuticos Diplomados e algumas Estratégias de Institucionalização da Farmácia em São Paulo (1892-1934)***. Dissertação de Mestrado/USP. São Paulo, 2011.

BARROS, Jônatas Barros e. ***A Escola Normal do Pará e a Introdução do Ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 a 1930)***. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2010.

BARROS, Jônatas Barros e. ***A Introdução das Ciências Naturais no Pará por meio das Instituições de Ensino***. [tese]. Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Belém, 2016.

BARROS, Jônatas. MACHADO, Diego Ramon Silva. ALVES, José Jerônimo de Alencar. ***A Escola Normal e a Emergência das Ciências Naturais no Pará (1870 a 1930)***. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011.

BARROS, Jônatas. MACHADO, Jorge Ricardo Coutinho. ALVES, José Jerônimo de Alencar. ***Introdução das Ciências Modernas nas Escolas da Amazônia***. In CARUSO, Fernando (org.). p. 93-110. *Educação, Ciência e Desenvolvimento*. São Paulo: Maluhy & Co, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. ***Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS*** - PNPIC-SUS/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BROUARDEL, Paul Camille Hippolyte. Apud GODINHO, João José. Revista Pará-Médico, ano I, nº 4, 1901.

CAMPOS, Américo Vitruvio Gonçalves. **A Cidade de Belém em 1900 – (Higiene).** *Revista Pará-Médico*, Ano I, nº 06, 1901.

_____. **A Tuberculose.** Revista Pará-Médico, Ano I, nº 10, 1901.

_____. **Discurso do Dr. Américo Campos – 1º secretário da Sociedade.** Revista Pará-Médico, Ano I, nº 4, 1901.

_____. **Os Cães.** Revista Pará-Médico, Ano I, nº 10, 1901.

_____. **Pelos Morféticos.** Revista Pará-Médico, Ano I, nº 07, 1901.

CARVALHO, José Paes. **Ata da sessão solene celebrada em 08 de novembro de 1897 na Inspeção do Serviço Sanitário do Estado do Pará para entrega da mensagem dirigida pela classe médica aos Drs. Mata Rezende e Virgílio Mendonça e da Fundação da Sociedade Médico-Pharmacêutica.** Revista Pará-Médico, Belém, Ano 1, nº 1, 1900.

CRISPINO, L. C. B. **As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi. Aspectos Históricos e Iconográficos, 1860-1921.** Belém, Paka-Tatu, 2006.

DAOU, Ana M^a. **A Belle Époque Amazônica. (Descobrimos o Brasil).** 3^a Ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

EDLER, Flávio Coelho. **BOTICAS & FARMÁCIAS: Uma História Ilustrada da Farmácia no Brasil.** Rio de Janeiro - Casa da Palavra, 2006.

FERREIRA, Luciana Ouriques. **Medicinas Indígenas e as Políticas da Tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas.** Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2013.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **ANFITEATRO DA CURA: Pajelança e Medicina na Amazônia no Limiar do Século XX.** In Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social / Sidney Chalhoub Et al. (org.) - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso.** 20^o Ed, São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michael. **Em Defesa da Sociedade.** 2^a Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder.** 27^a Ed, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GODINHO, João José. **Discurso do presidente da Sociedade Médico-Pharmacêutica, Dr. João Godinho na sessão solene de 01 de fevereiro de 1901.** Revista Pará-Médico, Ano I, nº 4, 1901.

GODINHO, João José. **Discurso pronunciado pelo Dr. José Godinho, na sessão de posse da atual diretoria da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará.** Revista Pará-Médico, Ano I, nº 1, 1900.

LINDENBERG, Adolfo. GODINHO, Vitor. **NORTE DO BRASIL: Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

MACHADO, Diego Ramon Silva. **A “lição de coisas”: o Museu Paraense e o ensino da história natural (1889-1900).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Belém, 2010.

MATTOSO, Ernesto. **O Dr. Augusto Montenegro: sua obra e seu governo.** Paris: Tony Dussieux, Editeur, 1907.

MELO, Clarice Nascimento de. ALMEIDA, Karla Nazareth Correa de. ROSÁRIO, Maria José Aviz do. **Documentos da Educação do Pará Imperial (1839-1889).** Coleção Documentos da Educação Brasileira. Belém, SBHE, 2012.

MIRANDA, A.G. **A epidemiologia das doenças infecciosas no início do século XX e a criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará** [tese]. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, Belém, 2013.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Esculápios Tropicais: A institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919** [Dissertação]. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Senhores da Cura: Negociações e Conflitos no Diversificado Universo da Cura no Extremo Norte do Brasil, 1889-1919.** Revista Eletrônica do Arquivo Público de São Paulo, Nº 44, 2010.

ROSA, Américo Marques Santa. **Ata da sessão celebrada na casa do Sr. Dr. Paes de Carvalho, para discussão dos Estatutos da Sociedade Médico-Farmacêutica do Pará.** Revista Pará-Médico, Ano I, nº 2, 1900.

SAMPAIO, Gabriela Reis. **Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial** – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001.

SANJAD, Nelson Rodrigues. **A Coruja de Minerva: O Museu Paraense entre o império e a República, 1866-1907.** Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos. ALVES, José Jerônimo de Alencar. **O Curso Regente Agrícola como Introdutor das Ciências e Técnicas Modernas na Amazônia**. Revista História da Ciência e Ensino: Construindo Interfaces, Vol. 10, 2014 – p 19-38.

SARGES, Maria Nazaré. Belém: **Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870–1912)**, Belém, Paka-Tatu, 2002.

SCHELBAUER, Analete Regina. **O método intuitivo e lição de coisas no Brasil do século XIX**. In Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. II: século XIX / Maria Stephanou, Maria Helena Câmara Bastos (org.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. **Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925** [Tese]. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2014.

SILVA, Renato Ferreira da. **Da Pharmácia a Farmácia: Universidade Federal do Pará - 100 anos de História**. Belém, Editora Universitária UFPA, 2003.

TORRES, Joaquim Tavares. **Generalidade sobre a Química**. Revista Pará-Médico, Ano I, nº 09, 1901.

VELLOSO, Verônica Pimenta. **Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes** – Tese de Doutorado/FIOCRUZ. Rio de Janeiro: [s.n], 2007.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - Relação de Membros da Sociedade Médico Farmacêutica do Pará.....	76
ANEXO 2 - Membros que compuseram as diretorias da Sociedade Médico Farmacêutica do Pará	80
ANEXO 3 - Publicações da Revista Pará Médico	81
ANEXO 4 - Currículo da Escola de Pharmácia em 1904 e seus respectivos professores.....	85
ANEXO 5 - Currículo da Escola de Pharmácia em 1914 e seus respectivos professores	85
ANEXO 6 - Decreto de Criação da Escola de Farmácia do Pará	86
ANEXO 7 – Farmacêuticos formados entre 1904 – 1914.....	95
ANEXO 8 – Código Penal - dos crimes contra a saúde pública.....	97
ANEXO 9 – Decreto que equipara a Escola de Pharmácia as oficiais congêneres...	99
ANEXO 10 - Laboratório de Higiene, Laboratório de Física e Química e Laboratório de Microscópica	100
ANEXO 11 – Interior da Farmácia e Drogeria Beirão.....	100
ANEXO 12 – Hospital de isolamento Domingos Freire.....	101
ANEXO 13 – Hospital de isolamento São Sebastião.....	101

**ANEXO 1 - RELAÇÃO DE MEMBROS DA SOCIEDADE MÉDICO-
PHARMACÊUTICA DO PARÁ**

Nº	SÓCIOS EFETIVOS FUNDADORES	FORMAÇÃO
1.	Américo M. de Santa Rosa	Médico
2.	Augusto Teixeira Belfort Roxa	Médico
3.	Antônio Joaquim da Silva Rosado	Médico
4.	Augusto Numa Pinto	Médico
5.	Antonio da Matta Rezende	Médico
6.	Antônio O' d'Almeida	Médico
7.	Antônio Marçal	Médico
8.	Amaro Roso Cardoso Danin	Médico
9.	Alexandre Vaz Tavares	Médico
10.	A. Pedro Antello	Médico
11.	Américo Vitruvio G. Campos	Médico
12.	Barão Anajás	Médico
13.	Barão de Moraes Bittencourt	Médico
14.	Cypriano José dos Santos	Médico
15.	Clemente Felix Penna Soares	Médico
16.	Camillo Henrique Salgado	Médico
17.	Carlos Augusto V. de Novaes	Médico
18.	Dioclecio Carivaldo de M. Corrêa	Médico
19.	Eufrosino P. Francisco Nery	Médico
20.	Eduardo Jansen Vieira de Mello	Médico
21.	Firmo José da Costa Braga	Médico
22.	Firmo Eusebio Dias Cardoso	Médico
23.	Francisco da Silva Miranda	Médico
24.	Francisco Marianno d'Aguiar	Médico

25.	Francisco Xavier S. Montenegro	Médico
26.	Geminiano de Lyra Castro	Médico
27.	Henrique Avelino Mendes	Médico
28.	João Raulino de Souza Uchôa	Médico
29.	José Paes de Carvalho	Médico
30.	João José Godinho	Médico
31.	José Antonio Pereira Guimarães	Médico
32.	João Pontes de Carvalho	Médico
33.	José Maria Pereira Barros	Médico
34.	José Cyriano Gurjão	Médico
35.	José Albino Cordeiro	Médico
36.	Julião de Freitas Amaral	Médico
37.	Luciano Claudio da Silva Castro	Médico
38.	Luiz Alexandrino de A. Bahia	Médico
39.	Lourenço de Holanda Lima	Médico
40.	Lindolpho Cavalcante de Abreu	Médico
41.	Luiz Vieira Lima Guimarães	Médico
42.	Manoel de Moraes Bittencourt	Médico
43.	Miguel José de A. Pernambuco	Médico
44.	Mecenas Ayres de Souza	Médico
45.	Pedro Miguel de M. Bittencourt	Médico
46.	Pedro Leite Chermont	Médico
47.	Pedro Juvenal Cordeiro	Médico
48.	Pedro José de Miranda	Médico
49.	Raymundo Olegário da Costa	Médico
50.	Rogério Correa de Miranda	Médico

51.	Virgílio Martins L. de Mendonça	Médico
52.	Vasco de Oliveira Chaves	Médico
53.	Abel Augusto Cesar de Araujo	Farmacêutico
54.	Antonio Luiz da Serra Pinto	Farmacêutico
55.	Antonio Miguel Lobato	Farmacêutico
56.	Benedito Eusebio dos Navegantes	Farmacêutico
57.	Bernardo Paes	Farmacêutico
58.	Bruno Jorge de Almeida	Farmacêutico
59.	Cesar Pedro dos Santos	Farmacêutico
60.	Elpidio Rodrigues da Costa	Farmacêutico
61.	Eustachio Lins de Holanda	Farmacêutico
62.	Francisco Leite Chermont	Farmacêutico
63.	Francisco Xavier Dias Cardoso	Farmacêutico
64.	Ignácio Gonçalves Nogueira	Farmacêutico
65.	José Eduardo Soares dos Santos	Farmacêutico
66.	José de Moura Machado	Farmacêutico
67.	Joaquim Tavares Viana	Farmacêutico
68.	Joaquim Ignacio Torres	Farmacêutico
69.	João Evangelista da Silva	Farmacêutico
70.	Leandro dos Santos Tocantins	Farmacêutico
71.	Manoel de Moraes Novaes	Farmacêutico
72.	Pedro Botelho de Aragão	Farmacêutico
73.	Raymundo Nonnato da Costa	Farmacêutico
74.	Raymundo Gonçaves Nogueira	Farmacêutico
75.	Serafim Jorge de Almeida	Farmacêutico
76.	Agostinho Tavares Vianna	Cirurgião-dentista

77.	Alvaro Gonçalves de Castro	Cirurgião-dentista
78.	Argemiro Barata Pinto	Cirurgião-dentista
79.	Alfredo Cordeiro de castro	Cirurgião-dentista
80.	Avelino Raymundo Gomes	Cirurgião-dentista
81.	Emílio Ambrosio M. Falcão	Cirurgião-dentista
82.	Fernando Carlos Corrêa Mendes	Veterinário
83.	Emílio Goeldi	Naturalista
84.	Paul Bohain	Químico
	Sócios Efetivos	Formação
85.	Almerindo Bacellar	Médico
86.	Cicero Penna	Médico
87.	Caribé da Rocha	Médico
88.	Carlos Pereira	Médico
89.	Claudio Serra de M. Rego	Médico
90.	Eutichio Pinheiro	Médico
91.	Gonçalo Lagos da Silva	Médico
92.	Ismael Nery	Médico
93.	Joaquim Costa	Médico
94.	Newton Campos	Médico
95.	Ricardo Moreira Cruz	Médico
96.	Thomaz de melo	Médico
97.	Victal Rego	Médico
98.	Giuseppe Martina	Químico
99.	Fernando Guarany	Farmacêutico

Fonte: Revista Pará-Médico, 1901

ANEXO 2 - MEMBROS QUE COMPUSERAM AS DIRETORIAS DA SOCIEDADE MÉDICO-PHARMACÊUTICA DO PARÁ

Cargos	1ª diretoria (1º de fevereiro de 1898)	2ª diretoria (30 de agosto de 1900)	3ª diretoria (1 de fevereiro de 1901)
Presidente	Dr. Américo Marques Santa Rosa	Dr. João José Godinho	Dr. João José Godinho
Vice-presidente	Dr. Barão de Anajás	Farmacêutico Abel Araújo	Farmacêutico Abel Araujo
1º Secretário	Dr. João José Godinho	Dr. Américo Campos	Dr. Américo Campos
2º secretário	Farmacêutico Leandro Tocantins	Dr. Albino Cordeiro	Dr. Albino Cordeiro
Tesoureiro	Farmacêutico Ignácio Gonçalves Nogueira	Farmacêutico Benedito Navegantes	Farmacêutico Benedito Navegantes
Comissão de imprensa	Dr. Firmo Braga	Dr. Pontes de Carvalho	Drs. Pontes de Carvalho
	Dr. Geminiano de Lyra Castro	Dr. Alexandre Tavares	Dr. Gonçalo Lagos
	Dr. Virgílio de Mendonça	Dr. Antônio Marçal	Dr. Azevedo Ribeiro
Comissão de Ciências médicas	Dr. Joaquim da Silva Rosado	Dr. Clemente Soares	Dr. Clemente Soares
	Dr. José Cyriano Gurjão	Dr. Virgílio de Mendonça	Dr. Virgilio Mendonça
	Dr. Henrique Avelino Mendes	Dr. Jansen Mello	Dr. Jansen de Mello
Ciências Cirúrgicas	Dr. Miguel de Almeida Pernambuco	Dr. Augusto Numa Pinto	Dr. Augusto Numa Pinto
	Dr. João Paulino Uchôa	Dr. Luciano de Castro	Dr. Luciano de Castro
	Dr. Augusto Numa Pinto	Dr. Miguel de Almeida Pernambuco	Dr. Miguel de Almeida Pernambuco
Ciências acessórias	Dr. Emílio Goeldi (zoológico e naturalista)	Dr. Juvenal Cordeiro	Dr. Juvenal Cordeiro
	Dr. Antônio Marçal	Dr. Emílio Goeldi	Dr. Emílio Goeldi
	Paul Bohain (Químico)	Farmacêutico Joaquim Tavares Viana	Farmacêutico Joaquim Tavares Viana
Higiene		Dr. Pereira Guimarães	Dr. Pereira Guimarães
		Dr. Francisco Miranda	Dr. Francisco Miranda
		Dr. Mariano d' Aguiar	Dr. Mariano d' Aguiar.
Farmácia	Abel Cesar de Araújo	Cesar Santos	Cesar Santos
	Elpídio Rodrigues da Costa	Elpídio Costa	Elpidio Costa
	Cezar Pedro dos Santos	Farmacêutico Ignácio Gonçalves Nogueira	Bandeira de Albuquerque
Finanças	Dr. Antônio O' de Almeida	Dr. Matta Rezende	Drs. Matta Rezende
	Cirurgião dentista Emílio Falcão	Farmacêutico Raymundo Costa	Farmacêutico Raymundo Costa
	Dr. Benedito Eusébio de Navegantes	Farmacêutico Leandro Tocantins	Farmacêutico Leandro Tocantins

Fonte: Revista Pará-Médico 1900-1901

ANEXO 3 - REVISTA PARÁ MÉDICO - PUBLICAÇÕES

Colaborador	Página	Publicação
Albino Cordeiro	47	Serviço de vacinação da Inspetoria Geral do Serviço Sanitário do Pará
Américo Campos	27	Relatório sobre a mortalidade infantil em Belém
Américo Campos	46	Boletim mensal da seção Demógrafo sanitária da Inspetoria Geral do Serviço Sanitário do Pará
Américo Campos	57	Mortalidade infantil - causas mortes
Américo Campos	68	Discurso pronunciado no Liceu Paraense em 6 de dezembro de 1900 sobre a Higiene de Belém
Américo Campos	77	Boletim mensal da seção Demógrafo Sanitária da Inspetoria Geral do Serviço Sanitário do Pará - Mortalidade em Belém no mês de novembro de 1900
Américo Campos	88	Boletim mensal da seção Demógrafo Sanitária da Inspetoria Geral do Serviço Sanitário do Pará - Mortalidade infantil
Américo Campos	100	Relatório Estatístico Demógrafo Sanitária - Janeiro de 1901
Américo Campos	114	Mortalidade infantil – providências
Américo Campos	126	Relatório Estatístico Demógrafo Sanitário de Belém - fevereiro de 1901
Américo Campos	132	A cidade de Belém em 1900 – Higiene
Américo Campos	144	Estatístico demógrafo de Belém - Movimento da Mortalidade em Março de 1901
Américo Campos	167	Notícia sobre a patologia médica no Pará
Américo Campos	175	Assistência pública
Américo Campos	178	Morte natural - texto que fala sobre a legislação que determina que nos laudos médicos seja explicitado caso a causa morte não seja reconhecida que, o indivíduo teve "aparentemente morte natural sem assistência médica"
Américo Campos	182	Pelos morféticos
Américo Campos	239	Um real - texto que reflete sobre a caridade e a mendicidade
Américo Campos	253	A tuberculose
Américo Campos	266	Os cães - Texto que refere-se a inutilidade dos cães e seus inconvenientes, como: perturbar o trabalho produtivo por causa do barulho de seus latidos e sua influência no aparecimento das moléstias cardíacas.
Anthelme Romain	130	Mortalidade por idade e sexo no ano de 1900
Anthelme Romain	271	Mortalidade geral e por sexo da população de Belém nos anos de 1895-1900 - População admitida 100.000 habitantes

Arthur Viana	35	Ligeiras notas sobre a epidemia de febre amarela no Pará
Arthur Viana	141	Esboço histórico da epidemia de cólera morbus no Pará
Arthur Viana	153	Esboço histórico da Santa casa de Misericórdia do Pará
Arthur Viana	162	Esboço histórico da epidemia do cólera morbus no Pará – continuação
Arthur Viana	201	Esboço histórico da epidemia do cólera morbus no Pará – continuação
Arthur Viana	227	Dr. Américo Marques Santa Rosa
Arthur Viana	256	Esboço histórico da epidemia do cólera morbus no Pará – continuação
Azevedo Ribeiro	92	Sífilis do Sistema Nervoso
Azevedo Ribeiro	160	A Morfeia no Pará - carta aberta ao governo do estado sobre as dificuldades em estudar a lepra
Emílio Goeldi	233	A pirahiba
Francisco da Silva Miranda	3	Relatório apresentado ao Governo do Estado pelo Médico Francisco Miranda, em missão especial no Ceará
Francisco Rocha	49	Movimento dos enfermos no Hospital da Caridade nos anos de 1850-1900
Giuseppe Martina	5	Estudo Geológico do Estado do Ceará
Giuseppe Martina	40	As últimas grandes descobertas químicas e as teorias cosmogonias
Giuseppe Martina	44	Análise bacteriológica das águas do Utinga
Giuseppe Martina	64	A vida vegetal animal
Giuseppe Martina	91	Musa Paradisiaca - texto sobre a farinha de banana e as propriedades
Giuseppe Martina	93	Mucunan ou Mucunã: texto sobre o uso do mucunã por populações indígenas
Giuseppe Martina	122	A evolução dos mundos e da matéria
Giuseppe Martina	138	A origem e a evolução da vida
Giuseppe Martina	170	Química e Biologia
Giuseppe Martina	172	A constituição da molécula
Gonçalo Lagos	24	Movimento demonstrativo da 6ª sessão da Inspeção Geral do Serviço Sanitário
H. E. Durhan	7	Contra os Mosquitos (Contribuições de H.E. Durhan sobre transmissão de doenças através dos mosquitos)

J. Huber	238	Noticia sobre as Jatuauba - Com uma chave analítica para a determinação das espécies amazônicas (extraído do boletim do Museu Goeldi)
João José Godinho	2	Pronunciamento de João Godinho na Sessão de Posse da diretoria da SMF
João José Godinho	9	Relatório sobre o Lazareto da Ilha Grande
João José Godinho	39	Hospital de isolamento Domingos Freire
João José Godinho	184	Estatístico Demógrafo Sanitário de Belém - Movimento da Mortalidade em abril de 1901
João José Godinho	242	Estatístico Demógrafo Sanitário de Belém / Agosto de 1901 / nascimentos
João José Godinho	268	Estatístico Demógrafo Sanitário de Belém / Outubro de 1901 / nascimentos
João José Godinho	272	Sanatório de salinas
Joaquim Torres	241	Generalidade sobre a química
Lyra Castro	63	Efeitos do veneno ofídico
Noticiários	50	Espaço reservado a notícias diversas
Noticiários	79	Espaço reservado a notícias diversas
Noticiários	129	Espaço reservado a notícias diversas
Noticiários	148	Espaço reservado a notícias diversas
Noticiários	192	Espaço reservado a notícias diversas
Noticiários	221	Espaço reservado a notícias diversas
Noticiários	246	Espaço reservado a notícias diversas
Noticiários	275	Espaço reservado a notícias diversas
Nuno de Andrade	206	Academia Nacional de medicina - discurso do conselheiro Nuno de Andrade
Olegário Costa	48	Isolamento para os enfermos do Hospital São Sebastião
Olegário Costa	78	Isolamento para os enfermos do Hospital São Sebastião
Olegário Costa	101	Isolamento para os enfermos do Hospital São Sebastião
Olegário Costa	128	isolamento para os enfermos do Hospital São Sebastião - movimento de fevereiro
Olegário Costa	147	Isolamento para os enfermos do Hospital São Sebastião - movimento de março
Olegário Costa	190	Hospital São Sebastião - movimento de abril, maio, junho e julho
Olegário Costa	215	Hospital São Sebastião - movimento de julho e agosto
Olegário Costa	270	Hospital São Sebastião - movimento de setembro

Paulo Bohaim	15	Relatório sobre o Laboratório de Química da Inspetoria do Serviço Sanitário
Paulo Bohaim	42	Notas sobre análises de urina
Paulo Bohaim	48	Laboratório de análises Químicas e Bromatológicas - 2ª sessão
Paulo Bohaim	94	Ar líquido - estudo sobre o ar líquido segundo as observações pessoas e os dados já publicados por M. M. Linde Hampson, Kelvin, Joule, Dommer, etc
Paulo Bohaim	120	Notas sobre análises de urina - Determinação dos elementos normais da urina / Dosagem da acidez
Pedro Juvenal Cordeiro	146	Inspetoria do Serviço Sanitário Terrestre do Estado - 5ª sessão / varíola - mês de janeiro
Pedro Juvenal Cordeiro	273	Sanatório de Monte Alegre
Pontes de Carvalho	13	Sobre a criação do Hospital de Isolamento Domingos Freire
Pontes de Carvalho	38	Hospital de isolamento Domingos Freire (primeiros doentes)
Pontes de Carvalho	67	Hospital Domingos Freire - Movimentação hospitalar
Pontes de Carvalho	79	Hospital Domingos Freire - Movimento do ano de 1900
Pontes de Carvalho	102	Hospital Domingos Freire - Movimento de Janeiro de 1901
Pontes de Carvalho	128	Hospital Domingos Freire - Movimento de fevereiro de 1901
Pontes de Carvalho	148	Hospital Domingos Freire - Movimento de março de 1901
Pontes de Carvalho	190	Hospital Domingos Freire - Movimento de abril, maio e junho de 1901
Pontes de Carvalho	259	Hospital Domingos Freire - Movimento do hospital 1901
Pontes de Carvalho	271	Hospital Domingos Freire - Movimento de julho de 1901

Fonte: Revista Pará Médico, 1900 - 1901

ANEXO 4 - CURRÍCULO DA ESCOLA DE FARMÁCIA EM 1904 E SEUS RESPECTIVOS PROFESSORES

	Disciplina	Professor	Formação
1º Ano	Química Médica	Giuseppe Martina	Químico
	Farmacologia (Farmácia prática)	Pedro Juvenal Cordeiro	Médico
	História Natural Médica	Francisco da Silva Miranda	Médico
	Matéria Médica	Pedro Juvenal Cordeiro	Médico
2º Ano	Química Médica	Giuseppe Martina	Químico
	Farmacologia (Farmácia prática e farmácia química)	Pedro Juvenal Cordeiro	Médico

Fonte: SILVA, 2003, p. 50.

ANEXO 5 - CURRÍCULO DA ESCOLA DE FARMÁCIA EM 1914 E SEUS RESPECTIVOS PROFESSORES

	Disciplinas	Professor	Formação
1º Ano	Física	Joaquim Tavares Viana	Farmacêutico
	Química Mineral	Joaquim Tavares Viana	Farmacêutico
	Biologia e Parasitologia	Francisco da Silva Miranda	Médico
2º Ano	Química Orgânica	Joaquim Tavares Viana	Farmacêutico
	Química Analítica	Júlio Guilhon de Oliveira	Médico
	Microbiologia	Antônio Gonçalves Peryassú	Médico
	Farmacologia (1ª Parte)	Pedro Juvenal Cordeiro	Médico
3º Ano	Matéria Médica	Pedro Juvenal Cordeiro	Médico
	Noções de Higiene	Antônio Gonçalves Peryassú	Médico
	Química Industrial	Joaquim Tavares Viana	Farmacêutico
	Química Toxicológica e Bromatológica	Júlio Guilhon de Oliveira	Médico
	Farmacologia (2ª Parte)	Pedro Juvenal Cordeiro	Médico

Fonte: Revista Pará-Médico, 1922, p. 66.

ANEXO 6 - DECRETO Nº 1274 de 1 de Fevereiro de 1904

- *Cria uma Escola de Pharmácia do Pará e dá-lhe o respectivo regulamento:*

O governador do Estado, usando da autorização que lhe confere a lei nº 874 de 23 de outubro de 1903, decreta:

At. Único – Fica criada nesta capital uma escola de pharmácia que se denominará Escola de Pharmácia do Pará, na qual se observará o seguinte regulamento:

CAPÍTULO I DA ESCOLA, SEUS FINS E ORGANIZAÇÃO.

Art. 1º - A Escola de pharmácia do Pará tem por fim ensinar as matérias compreendidas nos cursos das respectivas escolas federais, com todos os privilégios e garantias de que estas gozam.

Art. 2º A escola ficará dependente da Secretaria de Estado da instrução Pública e será dirigida pelo Diretor do Serviço Sanitário.

Art. 3º O corpo docente será constituído por inspetores da Repartição do Serviço Sanitário, nomeados em comissão pelo Governo.

Único – Os lentes perceberão a gratificação adicional de 100\$00 ouro mensais.

Art. 4º A escola reger-se-á não só pelo presente regulamento como pela legislação em vigor concernente aos institutos federais congêneres.

Art. 5º A escola funcionará na sede da Diretoria do Serviço Sanitário e se utilizará para os seus trabalhos exercícios dos laboratórios de químicos e farmacêuticos respectivos.

At. 6º o expediente e a escrituração da escola ficarão a cargo dos empregados da Diretoria do Serviço Sanitário, sob a direção do oficial que for designado pelo Diretor.

Art. 7º para a escrituração haverá os seguintes livros, que serão abertos, encerrados e rubricados pelo diretor:

1º Para os termos de posse do diretor e dos lentes;

2º Para a inscrição de matriculas em cada um dos anos e para a dos respectivos exames;

3º Para termos de exames;

4º Para o registro dos diplomas

CAPÍTULO II DO CURSO

Art. 8º o curso da escola compreenderá as seguintes cadeiras:

História natural médica

Química médica

Matéria médica e pharmacologia (pharmácia prática)

Art. 9 – As disciplinas deste curso serão lecionadas em dois anos:

1º ano

Química médica

História natural médica

Matéria médica e pharmacologia (pharmácia prática)

2º ano

Química médica

Pharmacologia (pharmácia química e pharmacia prática)

CAPÍTULO III DA CONGREGAÇÃO

Art. 10 – A congregação compõe-se dos lentes da escola

Art. 11 – A convocação da congregação será feita de ordem do diretor com antecedência de 24 horas, pelo menos, salvo os casos de urgência e em todo caso com a declaração do fim principal da reunião.

Art. 12 – Aberta a sessão, lida e aprovada a ata da sessão anterior, a congregação ocupar-se-á do objeto da convocação e em seguida tomará conhecimento dos requerimentos, propostas ou indicações que lhe forem feitas

Art. 13 – Depois de discutido o assunto, será posto a votos pelo Diretor. Todas as deliberações serão tomadas em votação nominal.

Art. 14 – O Diretor, além do voto como lente da escola, terá o de qualidade no caso de empate

Art. 15- Servirá de secretário o oficial do Serviço Sanitário encarregado do expediente da escola.

Art. 16 – O lente que, em sessão esquecer-se das conveniências imprescindíveis em tais reuniões, será chamado a ordem pelo diretor, que, no caso de não ser atendido, o convidará a retirar-se da sala e em último caso levantará a sessão

Art. 17 – A congregação cabe em geral tomar todas as medidas a bem do ensino.

Art. 18 – Compete a congregação:

§1º Representar a escola por si ou por intermédio do diretor

§2º Propor ao governo as medidas aconselhadas pela experiência para melhorar a organização científica da escola ou aperfeiçoar os métodos de ensino.

§3º Aprovar os programas de ensino das cadeiras, trinta dias antes da abertura das aulas

§4º Distribuir o serviço de ensino e os exames, marcar o horário das aulas e auxiliar o diretor na manutenção das disciplinas da escola;

§5º Designar na última reunião do ano o lente encarregado de dirigir a memória histórica dos acontecimentos mais notáveis que ocorrerem durante o ano escolar, a qual será publicada no relatório anual do Diretor do Serviço Sanitário;

Art. 19 – na falta do Diretor a congregação será presidida pelo lente mais velho em idade.

Art. 20 – A congregação pode determinar que fique em segredo alguma de suas decisões: disso lavrar-se-á uma ata especial, que será fechada e selada com o selo da escola

Sobre a capa o secretário lançará a declaração assinada por ele e pelo Diretor de que o objeto é secreto e notará o dia em que assim se deliberou. Esta ata ficará sob guarda e responsabilidade do secretário.

CAPÍTULO IV DOS LENTES

Art. 21 Os lentes nomeados, na forma deste regulamento, prestarão afirmação perante o diretor.

Art. 22 Os lentes usarão de suas insígnias magistrais e doutorais nas seguintes solenidades:

1º Visita do chefe do Estado

2º Na posse do diretor

3º Na colação de graus

4º Sempre que a congregação exigir

CAPÍTULO V

Art. 23 Ao diretor, que e o presidente da congregação, compete:

§1º Admitir ou recusar os candidatos a matrícula e a exame com recurso voluntário para a congregação;

§2º Fiscalizar o serviço a cargo do secretário;

§3º Executar e fazer cumprir a deliberação da congregação

§4º Assinar os títulos e diplomas;

§5º Visitar as aulas e assistir sempre que lhe possível aos atos e exercícios escolares;

§6º Velar pela observância do presente regulamento

§7º Exercer a polícia no recinto da escola

§8º Autorizar a modificação do horário das aulas, dando disso conhecimento a congregação

CAPÍTULO VI DA MATRÍCULA

Art. 24 Haverá duas classes de alunos: os matriculados e os não matriculados

Art. 25 Os alunos matriculados deverão assistir a todas as aulas e exercícios práticos, responder as arguições dos lentes, as quais se farão pelo menos três vezes mensalmente, e executar os trabalhos práticos de que forem incumbidos por eles.

Art. 26 Os alunos não matriculados poderão frequentar os cursos teóricos e práticos.

Art. 27 A matrícula se fará de 1º a 31 de março

Art. 28 Oito dias antes da época determinada para as matrículas serão estas anunciadas pela imprensa

Art. 29 Para a matrícula são exigidos os seguintes preparatórios

Português

Frances

Aritmética

Algebra até equações do 1º grau

Geometria plana

Elementos de física e química

Elementos de história natural

Art. 30 O exames de preparatórios prestados em países estrangeiros poderão, a juízo do Governo e ouvida a congregação, ser aceito para matrícula.

Art. 31 Para a matrícula em alguma ou em todas as cadeiras do 1º ano, o estudante deverá provar em requerimento ao diretor:

1º Achar-se habilitado na forma do art. 29

2º Ter sido vacinado com bom resultado

3º Haver pago a taxa de matrícula

4º Identidade de pessoa

§único. A prova de identidade se dará por meio de atestação escrita de algum membro do corpo docente ou de duas pessoas conceituadas.

Art. 32 Para a matrícula em uma ou em todas as cadeiras do 2º ano, o aluno deverá apresentar:

1º certidão de aprovação nas matérias do primeiro ano;

2º Conhecimento de haver pago a taxa de matrícula

Art. 33 É facultada a matrícula a pessoas do sexo feminino, para as quais haverá nas aulas lugar separado.

Art. 34 A inscrição para a matrícula poderá ser feita por procurador.

Art 35 A matrícula será feita em termo lançado em livro apropriado, no qual se fará menção do nome, filiação, naturalidade e idade do estudante, que assinará o dito termo, depois da assinatura do oficial incumbido do expediente.

Art 36 Cada aluno matriculado receberá do oficial um cartão impresso, assinado pelo diretor, contendo o seu nome e a designação do ano ou cadeira em que se houver inscrito,

Art. 37 A taxa de inscrição da matrícula será de 30\$000 ouro, e só dará direito a matrícula no ano letivo em houver sido paga.

Art. 38 No dia determinado para se encerrarem as matrículas, o oficial lançará, em seguida ao ultimo termo, o de encerramento e assinará com o diretor.

Art. 39 Findo a inscrição da matricula, o oficial organizará uma lista geral dos matriculados em cada ano e fará imprimir sem demora para ser distribuído pelos lentes.

CAPÍTULO VII

DO TEMPO DOS TRABALHOS E EXERCÍCIOS ESCOLARES

Art. 40 – os trabalhos da escola começaram a 1 de março e terminaram no último dia de dezembro

Art. 41 – Abrira a 1 de Abril e fechará a 14 de novembro

Art. 42 - Trinta dias antes da abertura das aulas a Congregação se reunirá para organizar o horário respectivo, verificar a presença dos lentes e pedir ao governo a designação do substituto que deverá reger as cadeiras, cujos lentes se acharem impedidos. O horário aprovado ao principio do ano letivo poderá ser alterado com aprovação da Congregação.

Único – O diretor fará publicar pela imprensa o resultado da sessão da Congregação

Art 43 – Cada lente será obrigado a apresentar na sessão de abertura dos trabalhos, para ser aprovado o programa de ensino da sua cadeira, divididas em partes ou artigos distintos.

Art 44 – Em sessão da Congregação, que se realizará dez dias santo da abertura das aulas, serão esses programas uniformizados de modo que expressem o ensino completo das matérias professadas no estabelecimento e aprovadas pela Congregação.

Art 45 – os programas, depois de aprovados, serão impressos e distribuídos e só poderão ser alterados na primeira sessão do seguinte ano letivo. Os lentes deverão preenchê-los até o dia do encerramento do curso.

Art 46 – os programas aprovados em um ano poderão servir para os anos seguintes se a Congregação por si ou por proposta dos respectivos autores não julgar necessário alterá-los

Art 47 os lentes das cadeiras que não tiver laboratório farão cinco preleções por espaço de uma hora.

Art 48 – os lentes da cadeira com laboratório farão três preleções semanais por espaço de uma hora e três práticas por igual tempo.

§Único - poderá o lente, quando julgar de utilidade didática, converter alguma vez a sua lição teórica em prática ou vice-versa

Art 49 – duas vezes por mês, pelo menos, em dias previamente designados, haverá exercícios práticos e de argumentação sobre as matérias lecionadas.

Art 50 – a frequência dos alunos nas aulas se verificará por meio de suas assinaturas em livro especial, o qual ficará sob a guarda do lente da cadeira, que o remeterá no fim de cada mês ao oficial incumbido do expediente, para apurar o número de faltas e fazê-lo publicar em edital, afixado no edifício da escola a fim de que possam ser feitas as respectivas reclamações.

CAPÍTULO VIII DOS EXAMES

Art. 51 Haverá na Escola duas épocas de exames

Art. 52 A inscrição para a primeira época se fará nos últimos 15 dias do curso letivo. Os exames começaram no segundo dia depois do encerramento das aulas e não excederão o prazo de um mês.

Art 53 A inscrição para a segunda época se fará nos últimos oito dias das férias escolares. Os exames começaram no dia seguinte ao da abertura dos trabalhos e terminarão as vésperas da abertura do curso.

Art 54 Aos exames da primeira época serão somente admitidos os alunos matriculados.

Art. 55 Aos exames da segunda época serão admitidos

1º Os alunos não matriculados;

2º os matriculados que durante o ano houverem dado 30 faltas, sendo o exame restrito as cadeiras que tiverem dado as ditas faltas;

3º Os que na primeira época não tiverem feito exame do ano ou de alguma das cadeiras que o compõem;

4º Os reprovados na primeira época somente em uma das matérias do ano

Art 56 Os candidatos a exame deverão dirigir um requerimento ao diretor, satisfazendo as seguintes condições:

1º Apresentar certidão de habilitação da forma deste regulamento ou de aprovação nas matérias que antecedem as dos exames requeridos, segundo a ordem do programa organizado:

2º Provar identidade da pessoa

3º Pagar a importância da taxa

4º Apresentar atestado de vacina

§1º A prova de identidade é a regulada no § único do art.

§2º As condições 1ª, 2ª e 4ª não se exigirão dos alunos matriculados e esta última será exigida dos não matriculados somente para a inscrição do primeiro ano.

Art. 57 De ordem do diretor, o oficial fará inscrição de exames de estudantes, cujos requerimentos estejam conforme as disposições antecedentes.

Art 58 As inscrições para os exames serão lançadas como as inscrições para a matrícula, em livro especial para cada cadeira ou ano, com termos de abertura e encerramento levados pelo oficial e assinado pelo diretor. Os lançamentos serão feitos de modo que fiquem uma margem no livro respectivo em que se possa mencionar o resultado do exame de qualquer matéria ou ano em que o estudante tenha sido examinado.

Art 59 Os alunos serão chamados pela ordem da respectiva inscrição de exames.

Art. 60 A taxa para inscrição de exame será de 15\$000 ouro, e só dará direito a esta na época em que tiver sido paga

Art. 61 As comissões examinadoras serão constituídas pelos lentes do ano ou por quem os substituir na regência das cadeiras, designando a congregação o terceiro membro da comissão examinadora do segundo ano.

§1 As comissões que não puderem ser assim formadas serão constituídas pelo diretor, com aprovação da Congregação.

§2 As comissões examinadoras serão presididas pelo lente que o diretor designar

Art 62 Na sessão da Congregação a que se refere o art. Supra, os membros das comissões examinadoras apresentarão as listas dos pontos para a prova prática. Os que forem nomeados pelo diretor, nos termos do mesmo § 1º apresentarão essas listas dentro de 48 horas.

Art 63 o candidato que faltar a chamada para qualquer das provas de exame só poderá ser chamado de novo na mesma época, se justificar perante o diretor ouvida a comissão examinadora, o motivo de sua falta, não podendo, porém, ser o mais de duas vezes na mesma época.

Art 64 - Haverá para cada cadeira duas provas: uma prova escrita; uma prova prática e oral, ou somente oral nas cadeiras de ensino teórico.

Art 65 - A prova prática e oral será pública: a escrita feita a porta fechada

§1 O examinado terá hora e meia para a prova escrita, a qual se fará em tantos dias quantas forem as matérias do ano.

§ Na prova simplesmente oral o examinador arguirá o examinado até vinte minutos sobre o assunto que escolher.

Art 66 - No dia designado para a prova escrita, colocar-se-ão em uma urna e em tiras de papel convenientemente dobradas, os números correspondentes aos artigos do programa da cadeira.

Art 67 – o primeiro aluno da turma, tirando da urna uma tira de papel, a entregará ao presidente que, lendo em voz alta o número, retirará o correspondente artigo do programa, formulando em seguida o lente da cadeira, com aprovação dos outros membros da mesa, as questões que devem fazer objeto do exame de toda a turma.

Art. 68 – as questões formuladas serão transcritas, por ordem do lente da cadeira, em uma tábua preta, colocada a vista de todos os examinados.

Art. 69 – Feito o sorteio, e chamando cada examinando pelo presidente da mesa, este lhe entregará uma folha de papel rubricada pela comissão examinador, e as mais que posteriormente o examinando pedir, afim de escrever a sua prova, que assinará.

Art. 70 – É vedado aos examinados terem consigo papeis ou livros e comunicarem-se entre si durante o trabalho das provas. Se algum precisar de sair da sala de exame antes de terminado o mesmo trabalho, só poderá fazê-lo com licença do presidente da comissão examinadora, que o mandará acompanhar por pessoas de confiança.

Art 71 – Recolhidas no fim do tempo marcado, e no estado em que se acharem, as provas escritas de toda a turma, lançará a comissão examinadora sobre cada uma delas a nota que merecer: *ótima, boa, sofrível ou má.*

Art. 72 – será considerado reprovado para todos os efeitos o aluno que tiver escrito sobre assunto diferente do que lhe coube por sorte, ou nada tiver escrito, ou que for surpreendido em consulta de apontamentos ou de livros, não lhe assistindo neste último caso o direito conferido nos de que trata o n° 4 do art. 55.

Art 73 – Realizadas as provas escritas de todos os alunos de um ano, começará a prova prática e oral.

Art 74 – A prova prática e oral consistirá na execução de uma preparação ou experiência, com arguição ulterior da matéria dela e também de outros assuntos da cadeira, à vontade do examinador.

Art. 75 – Terminados os exames a comissão julgadora, tendo presentes as provas escritas, procederá em seguida ao julgamento que será por votação nominal e separadamente sobre as matérias de cada cadeira.

Art 76 – A qualificação se fará do seguinte modo: 1° será considerado reprovado o aluno que não tiver a maioria dos votos favoráveis. 2° será aprovado plenamente o que, tendo obtido unanimidade de votos favoráveis, obtiver igual resultado em segunda votação, a que imediatamente se procederá; 3° será aprovado com distinção o que for proposto por algum dos membros da comissão julgadora e em nova votação alcançar todos os votos favoráveis. Nos outros casos de julgamento o aluno terá a nota de aprovado simplesmente.

Haverá na aprovação simples os *graus* de 1 a 5 e na plena os de 6 a 9, que servirão para indicar em escala ascendente, o merecimento das provas. A aprovação com distinção corresponderá o *grau* 10. A determinação do grau será objeto de uma nova votação.

Art 77 – Será permitido aos estudantes aprovados simplesmente inscreverem-se de novo para o mesmo exame na época própria; mas neste caso prevalecerá a nota do segundo exame, quer seja de aprovação, quer de reprovação

Art 78 – A reprovação em uma ou algumas cadeiras não importa a perda do exame nas outras cadeiras do mesmo ano.

Art. 79 – O aluno que, embora feita a prova escrita não terminar na mesma época o exame da cadeira, terá de repetir a dita prova.

Art. 80 – o resultado do julgamento será escrito e assinado pelos membros da comissão julgadora, e tudo reduzido a termo no livro competente.

CAPÍTULO IX DA COLAÇÃO DO GRAU

Art. 81 – Publicada na secretaria da Escola pela imprensa a relação dos candidatos ao grau de farmacêutico, comparecerão eles no dia e hora designados na sala destinada para colação do grau, na qual serão admitidos pelo secretário, que fará a chamada de todos, declarando os nomes que se acharem presentes.

Art. 82 – Terá começo a sessão com a leitura feita pelo Secretário, das notas de aprovação nos exames finais. Em seguida serão chamados os graduandos, cada um por sua vez para receberem a investidura. O primeiro a quem for conferida, fará a seguinte promessa: “Prometo, no exercício da profissão de farmacêutico, ser sempre fiel aos deveres da honra, da ciência e da caridade. Nunca me servirei da minha profissão para corromper os costumes, nem favorecer o crime. Os seguintes ratificarão a promessa com as palavras Assim o prometo”. O diretor conferirá o grau a cada aluno e lhe porá no dedo o anel.

Art 83 – Durante a colação do grau os lentes e espectadores conservar-se-ão de pé e guardarão o maior silêncio.

Art 84 – Feita a colação do grau aquele dos novos farmacêuticos que houver sido escolhido pelos seus colegas recitará um discurso congratulatório, o qual será previamente apresentado ao diretor que eliminará o que nele houver de inconveniente. A este discurso responderá o paraninfo que será um lente eleito pelos referidos farmacêuticos.

Art. 85 – Os alunos que não poderem receber o grau em sessão solene da Congregação o farão perante o diretor.

Art. 86 – O distintivo de farmacêutico é o anel em forma de serpente, com um topásio.

Art. 87 – o modelo dos diplomas será o adotado nas Escolas federais congêneres.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 88 – Os casos omissos neste Regulamento serão regidos pelas leis e decretos federais que regulam as escolas congêneres.

Art 89 – Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário de Estado da Instrução Pública assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 04 de Fevereiro, de 1904.

Augusto Montenegro

ANEXO 7 - FARMACÊUTICOS FORMADOS ENTRE 1904-1914

1. Concluíram em 1905

Arthur Antônio de Kós
Francisco Góes da Silva Costa Rocha
Feliciano Martins da Silva
Benjamim Napoleão Carneiro Leite Vieira Lisboa
João Antônio da Neves
Manuel Jorge de Almeida

2. Concluíram em 1906

Arthur Nobre Viana
Domingos Magno da Silva
Bruno Gurgel Figueiredo
Manoel Francisco de Sant'Ana
Manoel Mamede da Costa
Francisco da Assis e Silva

3. Concluíram em 1907

Macario Ribeiro da Silva Novaes
Francisco Marques Monteiro
Luiz de Chaves e Mello
Chistino Marques Monteiro
Altino de Brito Pontes
Antônio de Almeida Genú
Clóvis Rodrigues Barata

4. Concluíram em 1908

Geminiano Coelho
Carlos de Carvalho Mesquita

5. Concluíram em 1909

Ernesto Fernandes
Hermano Alvarez
Josias da Silva Soares
Odon Januário Ramos de Araújo

João Casanova Luz da Silva
 Francisco de Andrade Pimentel
 Edgar Nelson da Serra Freire
 Benedito da Cunha
 Raimundo Moreira de Castro
 Theodósio Rosa Machado

6. Concluíram em 1910

Ana Celeste Coutinho de Oliveira
 Maria Letícia Coutinho de Oliveira
 Antônio Augusto de Carvalho Brasil
 Manuel Cardoso da Cunha Coimbra
 João Alves de Souza
 Manoel Luiz de Paiva
 Horácio Nunes de Melo
 Telesphoro Estelelita Ferreira
 Sívio de Vilhena Brandão
 Manoel Alves Garcia

7. Concluíram em 1911

Roberto de Oliveira Gonçalves

8. Concluíram em 1912

Raul Furtado Bacellar
 Salomão Pereira Mesquita

9. Concluíram em 1913

Jayme de Aguiar Pinto
 Pedro Severiano Nunes
 Manoel Pereira de Magalhães
 Luciano Claudio Queiroz de Albuquerque
 Alvaro Antônio da Rocha
 Ignácio Wilson Mendes
 Lauro Ribeiro Moreira
 José Peret Antunes
 João Renato Franco
 Pedro Correa da Silva
 Elvira do Paraizo Lisboa
 Bernardino Valente do Conto
 Raymundo de Andrade Ramos
 Raymundo Ferro e Silva
 Celso da Silva Pingarilho

10. Concluíram em 1914

Jorge Ferreira de Amorim
 Raymundo Felipe de Souza

ANEXO 8 - DECRETO N. 847 – DE 11 DE OUTUBRO DE 1890

Promulga o Código Penal

O Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exercito e Armada, em nome da Nação, tendo ouvido o Ministro dos Negócios da Justiça, e reconhecendo a urgente necessidade de reformar o regime penal, decreta o seguinte:

CÓDIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

LIVRO I

CAPITULO III

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos:

Penas – de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

Parágrafo único. Pelos abusos cometidos no exercício ilegal da medicina em geral, os seus autores sofrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas – de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

§ 1º Se por influencia, ou em consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação, ou alteração temporária ou permanente, das faculdades físicas:

Penas – de prisão celular por um a seis anos e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 2º Em igual pena, e mais na de privação do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, incorrerá o medico que diretamente praticar qualquer dos atos acima referidos, ou assumir a responsabilidade deles.

Art. 158. Ministrara, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro:

Penas – de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

Parágrafo único. Se o emprego de qualquer substancia resultar á pessoa privação, ou alteração temporária ou permanente de suas faculdades físicas ou funções psicológicas, deformidade, ou inabilitação do exercício de órgão ou aparelho orgânico, ou, em suma, alguma enfermidade:

Penas – de prisão celular por um a seis anos e multa de 200\$ a 500\$000.

Se resultar a morte:

Pena – de prisão celular por seis a vinte e quatro anos.

Art. 159. Expor á venda, ou ministrar, substâncias venenosas, sem legitima autorização e sem as formalidades prescritas nos regulamentos sanitários:

Pena – de multa de 200\$ a 500\$000.

Art. 160. Substituir, o farmacêutico ou boticário, um medicamento por outro, alterar o receituário do facultativo, ou empregar medicamentos alterados:

Penas – de multa de 100\$ a 200\$ e de privação do exercício da profissão por seis meses a um ano.

§ 1º Se por qualquer destes atos for comprometida a saúde da pessoa:

Penas – de prisão celular por quinze dias a seis meses, multa de 200\$ a 500\$ e privação do exercício da profissão por um a dois anos.

§ 2º Se de qualquer deles resultar morte:

Penas – de prisão celular por dois meses a dois anos, multa de 500\$ a 1:000\$ e privação do exercício da profissão.

§ 3º Se qualquer destes fatos for praticado, não por imprudência, negligencia ou imperícia na própria arte, e sim com vontade criminosa;

Penas – as mesmas impostas ao crime que resultar do facto praticado.

Art. 161. Envenenar fontes públicas ou particulares, tanques ou viveiros de peixe, e viveiros destinados a consumo público:

Pena – de prisão celular por dois a seis anos.

Se do envenenamento resultar a morte de alguma pessoa:

Pena – de prisão celular por seis a quinze anos.

Art. 162. Corromper, ou conspurcar, a agua potável de uso comum ou particular, tornando-a impossível de beber ou nociva á saúde:

Pena – de prisão celular por um a três anos.

Art. 163. Alterar, ou falsificar, substâncias destinadas á publica alimentação, alimentos e bebidas:

Penas – de prisão celular por três meses a um ano e multa de 100\$ a 200\$000.

Art. 164. Expor á venda substâncias alimentícias, alteradas ou falsificadas:

Penas – as mesmas do artigo antecedente.

Parágrafo único. Se de qualquer destes factos resultar perigo para a vida, ou a morte da pessoa:

Pena – a imposta ao crime que do facto resultar.

Fonte: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_no_rma=DEC&data=18901011&link=s. Consultado em 13/11/2013

ANEXO 9 – DECRETO QUE EQUIPARA A ESCOLA DE PHARMÁCIA AS OFICIAIS CONGÊNERES

Decreto nº 5.294, de 29 de Agosto de 1904.

Concede á Escola de Pharmácia do Pará os privilégios e garantias de que gozam as escolas Federais congêneres.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, atendendo ás informações prestadas pelo delegado fiscal do Governo sobre os programas de ensino e o modo por que são executados na Escola de Pharmácia do Pará, resolve conceder a este estabelecimento de instrução, á vista do disposto no art. 361 do Código dos Institutos Officiais de Ensino Superior e Secundário, aprovado pelo decreto n. 3890, de janeiro de 1901, os privilégios e garantias de que gozam as escolas federais congêneres.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1904, 16º da Republica.
FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

J. J. Seabra. **Publicação:** Diário Oficial da União - Seção 1 - 31/8/1904, Página 4027
(Publicação Original)

ANEXO 10 - LABORATÓRIO DE HIGIENE, LABORATÓRIO DE FÍSICA E QUÍMICA E LABORATÓRIO DE MICROSCÓPICA

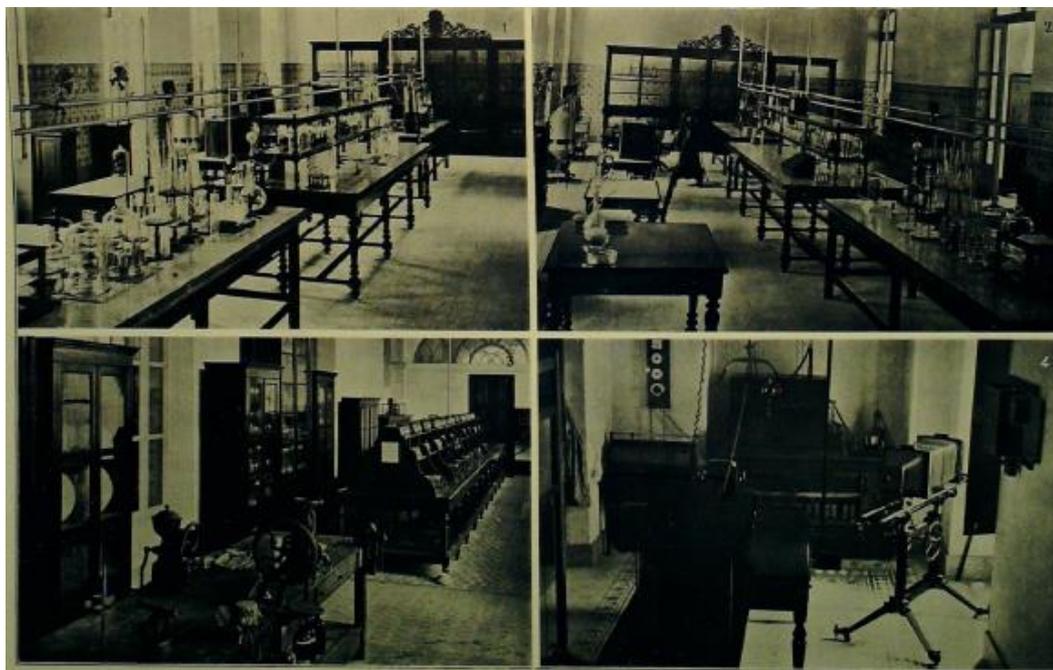


Figura 3: As duas fotos superiores são do Laboratório de Higiene; a foto inferior a esquerda é do laboratório de Física e Química; e a foto inferior a direita é da sala de fotografia microscópica. Esses espaços eram da Diretoria do Serviço Sanitário e eram utilizados pela Escola de Farmácia do Pará. (ALBUM DO PARÁ, 1908, p 323)

ANEXO 11 – FARMÁCIA E DROGARIA BEIRÃO



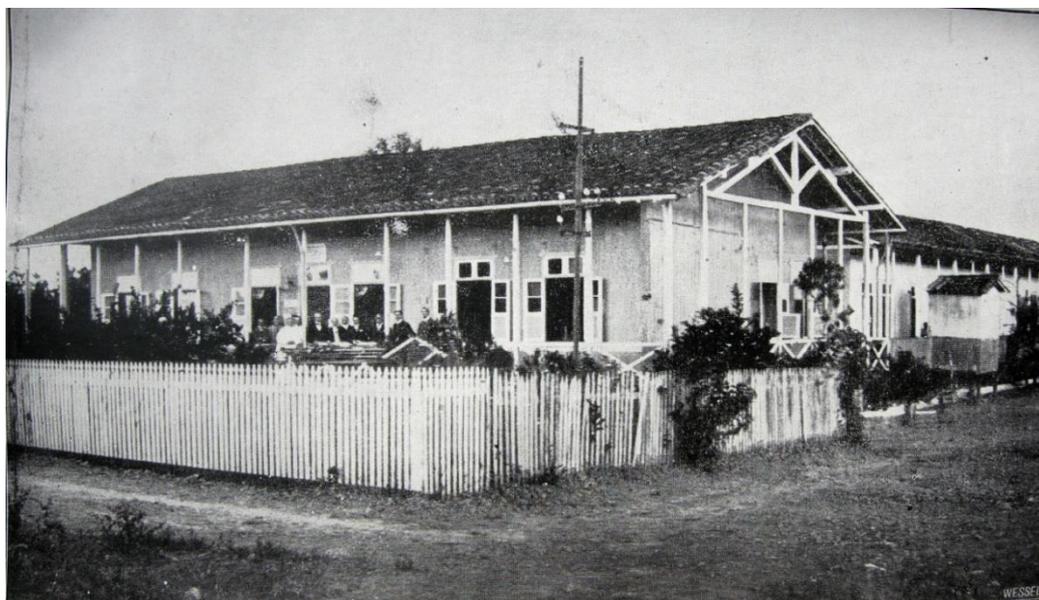
Interior da Farmácia e Drograria Beirão (Belém). Seção de acondicionamento
Fonte: Pará-Médico, 1922.

ANEXO 12 - HOSPITAL DE ISOLAMENTO DOMINGOS FREIRE



O Hospital Domingos Freire foi inaugurado em abril de 1900. Estava entre os projetos de reorganização do Serviço Sanitário do Estado, promovido pelo Governador Paes de Carvalho e era destinado ao tratamento dos enfermos de febre amarela. (Revista Pará-Médico, 1900-1901)

ANEXO 13 – HOSPITAL DE ISOLAMENTO SÃO SEBASTIÃO



O Hospital São Sebastião foi inicialmente utilizado para o tratamento de doentes de varíola. Passando, posteriormente, a ser utilizado no tratamento de outras doenças contagiosas. (SARAIVA E JUNES, 2012)